

ARQUEOLOGIA EM DEBATE

Número 03_Junho de 2011

Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira

COMO SE FORMAM ARQUEÓLOGOS NO BRASIL?



TEMAS EM DEBATE

Arqueologia com Antropologia / Antropologia com Arqueologia: o curso de graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG _ Andrei Isnardis

O Curso Superior de Tecnologia em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA _ Anne Rapp Py-Daniel

A Formação em Arqueologia na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás _ Sibeli A. Viana e Julio Cezar Rubin de Rubin

O campo não faz o arqueólogo: em defesa da formação de pesquisadores em Arqueologia e o bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande - FURG _ Beatriz V. Thiesen e Artur H. F. Barcelos

O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), campi de São Raimundo Nonato, PI _ Maria Fátima Barbosa

Curso de Arqueologia da Universidade Federal Pelotas - UFPel _ Cláudio Baptista Carle

O Curso de Bacharelado em Arqueologia na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) _ André Penin, Carlos A. Zimpel e Valeria F. e Silva

O Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí (UFPI) _ Andréa L. Monteiro e Abraão Sanderson



EM FOCO _ Homenagem ao Irmão Naue e carta do presidente da SAB com um balanço da sessão pública entre Arqueólogos e Ministério Público para discussão da regulamentação da prática arqueológica no Brasil



EDITORIAL _ Continuando a linha editorial do Jornal, apresentamos neste número uma discussão sobre a Formação dos Arqueólogos no Brasil em nível de Graduação, um balanço das recentes discussões sobre regulamentação da profissão e lançamos um novo questionário para que vocês, leitores, participem e contribuam para o fortalecimento de nossa publicação.



DIVULGUE SUA PESQUISA _ Acompanhe resultados e andamento de pesquisas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.



ARQUEALIDADES _ Anote em sua agenda os próximos eventos, seminários, cursos e lançamentos de livro.



OPINE! _ Veja o resultado do questionário anterior, dê sua opinião e participe do novo questionário já disponível online desde abril. Sua participação é fundamental para aprimorarmos nossa publicação!

O Jornal Arqueologia em Debate agora está no FACEBOOK. Entre e deixe seu comentário!

Participe de nossa pesquisa acessando o questionário sobre o tema deste número no endereço abaixo:

<http://www.surveymonkey.com/s/PHQ32HN>

ARQUEOLOGIA EM DEBATE

JORNAL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

Diretoria da SAB

Sociedade de Arqueologia Brasileira

Presidência

Eduardo G. Neves (Universidade de São Paulo)

Vice-Presidência

Silvia M. Copé (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Secretaria

Luís Cláudio Symanski (Universidade Federal do Paraná)

Sibeli Aparecida Viana (Pontifícia Universidade Católica de Goiás)

Tesouraria

Loredana Ribeiro (Universidade Federal de Pelotas)

Jacionira Coelho Silva (Universidade Federal do Piauí)

Comissão Editorial

Gabriela Martin D'Ávila (Universidade Federal de Pernambuco)

Arno A. Kern (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Lucas M. Reis Bueno (Universidade de São Paulo)

Comissão de Seleção

Ondemar Dias Jr. (Instituto de Arqueologia Brasileira)

Maria Lúcia F. Pardi (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Vera Lúcia C. Guapindaia (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Conselho Fiscal

Pedro Ignácio Schmitz (Instituto Anchieta de Pesquisas)

Fernanda B. Tochetto (Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

Cláudia Alves de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco)

Museu de Arqueologia e Etnologia

Universidade de São Paulo

Av. Prof. Almeida Prado, 1466

São Paulo - SP - Brasil

05508-900

Dados Internacionais de Catalogação

Arqueologia em Debate. Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2011.
São Paulo: SAB, 2011, Número 3

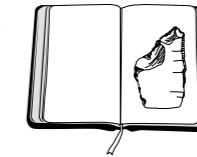
Quadrimestral: 2011.
ISSN

1. Ciências Humanas. 2. Arqueologia. 3. Antropologia.
4. Sociedade de Arqueologia Brasileira

ARQUEOLOGIA EM DEBATE

EDITORIAL /

JORNAL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA



Desde a primeira edição do nosso jornal temos enfatizado a importância de refletirmos sobre os parâmetros para a prática arqueológica e a auto-regulação de nossa profissão. Já em nosso primeiro número a seção Temas em Debate, destacou títulos como "Auto-regulação da arqueologia brasileira: responsabilização, credibilidade e fortalecimento profissional", "Regulamentação da Profissão" e ainda "Parâmetros de qualidade para a prática da arqueologia no Brasil", entre outros trabalhos também significativos para esses temas. No número seguinte, oferecemos ao leitor exemplos oriundos dos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá sobre o mesmo tema, com o intuito de conhecermos como os mesmos problemas foram tratados em outros países e refletirmos sobre nossa própria realidade nacional.

A preocupação sobre a boa prática arqueológica vem aumentando consideravelmente nos últimos anos no Brasil tendo em vista o grande aumento de pesquisas arqueológicas que vêm sendo realizadas, principalmente no âmbito empresarial, e da explosão de cursos de graduação, especialização e pós-graduação que têm se espalhado pelo país.

A Sociedade de Arqueologia Brasileira, através de seu jornal, comissões e audiências públicas, recentemente enfrentou o tema, tentando ordenar as novas práticas através de uma discussão aberta sobre o estabelecimento de critérios para garantir a preservação e o conhecimento do patrimônio arqueológico nacional. Pois, não vamos esquecer que é disso que se trata: da perda iminente de nosso patrimônio arqueológico.

Seguindo essa linha, apresentamos nesse número uma carta do presidente Eduardo Góes Neves com o balanço das discussões realizadas nas reuniões de abril em São Paulo entre comunidade arqueológica e Ministério Público. De forma a contribuir para esse debate, a coluna Arquelaidades traz o resultado da enquete feita pelo Jornal através do questionário disponível online no endereço (<http://www.surveymonkey.com/s/PZBGQNX>). Dando continuidade a essa atividade com o intuito de estreitar as relações entre Jornal e Público, lançamos outro

questionário, disponível já desde abril, no endereço (<http://www.surveymonkey.com/s/PHQ32HN>).

Com relação à seção Temas em Debate convidamos para compor esse número arqueólogos associados aos 10 cursos de Graduação em Arqueologia atuantes em 2011 no Brasil. De forma a construir um panorama amplo e comparativo de como a Arqueologia vem sendo trabalhada no Brasil no nível da graduação, solicitamos a todos os convidados que construíssem um texto pensando, principalmente, nos seguintes aspectos: perfil dos interessados e dos formados, constituição do corpo docente, estrutura e grade curricular do curso, objetivos e desafios da formação de arqueólogos em nível de graduação no Brasil. Os cursos contactados foram: Superior de Tecnologia em Arqueologia/Universidade Estadual do Amazonas; Bacharelado em Antropologia com habilitação em Arqueologia/UFMG; Bacharelado em Arqueologia/PUC Goiás; Bacharelado em Arqueologia/FURG; Bacharelado Arqueologia e Preservação Patrimonial/UNIVASF; Bacharelado em Antropologia com habilitação em Arqueologia/UFPE; Bacharelado em Arqueologia/UNIR; Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre/UFPI; Bacharelado em Arqueologia/UFPE; Bacharelado em Arqueologia/UFFS. Com exceção dos últimos dois cursos mencionados, todos os demais encaminharam seus textos para publicação neste número do nosso Jornal.

Com o conjunto de contribuições e reflexões aqui apresentados esperamos participar e estimular o posicionamento crítico de todos os profissionais envolvidos na prática arqueológica hoje no Brasil de forma a encaminhar de maneira unida e construtiva debates extremamente importantes e atuais acerca do reconhecimento, regulamentação e auto-regulação do exercício de nossa profissão.

Por fim, trazemos também neste número uma homenagem ao Irmão Naue, o qual participou e contribuiu de forma ativa para a consolidação da Arqueologia no Brasil.

Lucas Bueno | Editor



In Memoriam

Guilherme Naue (1920-2011)

Guilherme Naue ou Irmão Valeriano, como era conhecido na Congregação Marista, nasceu no município de Carazinho, no norte do Rio Grande do Sul, em 1920. Aos 15 anos ingressou no Juvenato Marista e trabalhou nos municípios de Antônio Prado (RS) e Joaçaba (SC). Atuou em colégios como Rosário (em Porto Alegre), São Francisco (Rio Grande) e Pio XII (Novo Hamburgo).

Graduado em História e Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), trabalhou por 30 anos na Universidade e no Colégio Marista Champagnat. Lá criou oficialmente o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), em 1982, tendo sido seu coordenador por dez anos. O centro de pesquisas, no entanto, já funcionava desde 1971. Há quarenta anos a instituição vem formando várias gerações de arqueólogos e oferece oportunidade de iniciação científica aos alunos da

universidade. Ali está reunido um dos maiores acervos arqueológicos do estado, inclusive com vasilhas inteiras ainda obtidas por Naue, nas décadas de 1960 e 1970, em suas incursões no norte gaúcho, quando os agricultores abriam novas áreas para plantio e encontravam urnas de cerâmica, com sepultamentos.

Já a partir da década de 1960, quando a maioria de nós nem era nascida, ele e seus colegas fizeram pesquisas precursoras ao sul do estado, nos municípios de Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, e ainda São Sepé, São Gabriel, Camaquã e muitos outros. Suas pesquisas estavam voltadas especialmente para a investigação de montículos de terra (cerritos) em áreas alagadiças, mas também pesquisou em sambaquis na planície costeira e em sítios de grupos ceramistas, como os Guarani.

Em 1967, Naue já participava de escavações junto ao Rio Pardo e Jacuí. Foi também pesquisador-bolsista do CNPq e recebeu recursos da FAPERGS, entre outras agências de fomento à pesquisa.

Ele fez parte da primeira geração de arqueólogos que realizaram pesquisas arqueológicas, contratadas pela iniciativa privada, para grandes obras no extremo norte gaúcho, junto ao Alto Rio Uruguai. Desde 1980, coordenou equipes em campo e laboratório, em áreas das Usinas Hidrelétricas Machadinho, Campos Novos e Garabi.

Ao final de sua atuação profissional, na virada do século, estava envolvido na assistência social aos índios Mbyá-Guarani, dedicado especialmente em obter infra-estrutura e recursos para atendimento odontológico em área de trânsito e aldeias na Grande Porto Alegre.

Desde 2004 estava afastado de suas funções, por motivos de saúde, vivendo na Comunidade Marista da Casa São José, em Viamão/RS. Faleceu no dia 18 de maio passado, de parada cardiorrespiratória, aos 91 anos, no Hospital São Lucas, em Porto Alegre.

Guilherme Naue dedicou toda sua vida profissional ao ensino e à pesquisa, tendo identificado centenas de sítios arqueológicos. Devemos a ele, muitas informações e oportunidades de trabalho, já que, com seus colegas, ele abriu caminhos e foi exemplo de iniciativa, paciência e organização.

Agradecemos, finalmente, as manifestações de solidariedade de antigos colegas e amigos, por esta perda.

Gislene Monticelli

Nesse número a coluna EmFoco traz uma carta do presidente da Sociedade sobre os resultados da audiência pública sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo (convocada pelo Ministério Público Federal no dia 05 de abril de 2011) e da reunião prévia sobre a auto-regulação da prática da arqueologia, dirigida pela diretoria da SAB no dia anterior. Como menciona o Dr. Eduardo Góes Neves no início da carta, a enorme mobilização gerada pelos arqueólogos e estudantes com as propostas das comissões já é um grande passo para uma reflexão sobre o tema. Esperamos agora que esse ímpeto inicial da comunidade arqueológica não se esvazie em críticas inflamadas, porém efêmeras, mas que possam compor conjuntamente uma proposta madura e duradoura para uma organização mais profissional e ética de nossa prática arqueológica.

BALANÇO DAS REUNIÕES SOBRE REGULAMENTAÇÃO E AUTO-REGULAÇÃO DA PRÁTICA DA ARQUEOLOGIA REALIZADAS EM SÃO PAULO, NO AUDITÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, NOS DIAS 4 E 5 DE ABRIL DE 2011

Prezados colegas associados e simpatizantes da SAB,

O objetivo desta carta é prestar contas das discussões em São Paulo, durante a audiência pública sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo, ocorrida no dia 5 de abril, e a reunião sobre a auto regulação da prática da arqueologia, ocorrida no dia 4 de abril. Para quem não pode participar, é importante esclarecer que a reunião do dia 4 foi convocada pela Diretoria da SAB, enquanto que a audiência pública do dia 5 foi convocada pelo Ministério Público Federal.

Ao longo de nosso mandato, temos externado – por meio da plataforma de nossa chapa à época da eleição, da orientação editorial do jornal “Arqueologia em Debate”, dos informativos que temos esporadicamente distribuído e

também nos eventos dos quais participamos –, a preocupação da atual Diretoria com a rápida proliferação de projetos de arqueologia, principalmente de caráter empresarial, sem que nossa própria categoria e o poder público tenham condições de realizar avaliações sobre a consequência desses projetos sobre o patrimônio arqueológico nacional. Em outras palavras, embora o crescimento em pesquisas arqueológicas que ora se assiste deva, sem dúvida, ser louvado pelo que tem gerado de empregos e pelo dinamismo que tem trazido à nossa área, cabe sempre interrogar sobre a relação entre esse processo e o aumento concreto de nosso conhecimento sobre o patrimônio arqueológico do Brasil. Apesar dos avanços indiscutíveis na quantidade de pesquisas conhecemos, de fato, melhor nosso passado?

Os caminhos para a formação profissional de arqueólogos no Brasil são ainda muitos, uma vez que a profissão de arqueólogo não é regulamentada. Atualmente, o Projeto de Lei 912/2007, que prevê a regulamentação da profissão, se encontra em tramitação no Congresso, mas aqueles que participamos do excelente congresso da SAB, organizado pela Profa. Tania Andrade Lima, em 2001 no Rio de Janeiro, não nos esquecemos da injeção de desânimo ao saber que, após a aprovação pelo Congresso Nacional, saudada por todos na assembleia da SAB, o PL anterior acabou vetado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Baseado nessas experiências concretas, que não trazem garantia à regulamentação da profissão de arqueólogo, bem como no longo tempo que a tramitação do Projeto de lei pode ter, consideramos que é importante que nossa categoria se organize para propor alguns parâmetros para a prática da arqueologia. Nosso objetivo é, em última instância, contribuir para a organização profissional na Arqueologia, mas, sobretudo, estabelecer critérios que possam garantir a preservação e estudo adequado do patrimônio arqueológico nacional. Lembramos a todos que a palavra “patrimônio” tem em sua origem uma referência à herança – cultural, no caso da arqueologia – que se passa de uma geração à outra. É também sabido por todos que os danos ao patrimônio arqueológico são irreversíveis. É, portanto, com essa preocupação, a do direito ao acesso ao nosso patrimônio cultural pelas gerações futuras, que temos nos organizado.

A SAB não é uma sociedade profissional ou tampouco um órgão de classe e nem tem vocação para sê-lo. Ela é uma sociedade científica que, com todos seus problemas, tem sido a instância mais legítima na congregação e representação dos arqueólogos que vivem ou trabalham no Brasil. Tal papel é reconhecido pelo IPHAN, que concedeu à SAB um assento em seu Conselho Consultivo. É, portanto, em nosso entendimento, legítimo que ela divida, juntamente com outros órgãos do Poder Público, como o IPHAN e o MPF, o protagonismo na condução sobre a definição de critérios para a prática da arqueologia. Foi com esse espírito que trabalhamos para organizar a reunião do dia 4 de abril e para participar na audiência pública do dia 5.

A Diretoria da SAB avalia que foi bastante positivo o resultado das discussões ocorridas em São Paulo, embora faça uma autocrítica e reconheça que cometeu erros na condução do processo. Ficamos agradavelmente surpresos ao perceber a espontânea, entusiasmada e maciça adesão de colegas do Brasil e exterior, que enviaram inúmeras sugestões as nossas propostas, a maioria delas com teor bastante crítico. Consideramos que, dada a relativa apatia na qual estávamos envolvidos, preocupados demais em dar conta de nossos compromissos profissionais ou acadêmicos, a mobilização por si só já foi um resultado extremamente alvissareiro. Foi bom perceber que um grande número de arqueólogos quer participar, discutir e opinar sobre o futuro de nosso patrimônio. É importante, neste ponto, agradecer aos associados da SAB que se integraram às comissões que elaboraram os documentos. Procuramos, ao compô-las, reunir profissionais com destacada atuação nos âmbitos acadêmico e empresarial. Se a SAB tivesse mais recursos, teríamos buscado trazer colegas das regiões Nordeste e Norte, que foram claramente sub-representadas.

Aos colegas que vivem nessas regiões, pedimos também nossas desculpas. Aos que se sentiram de alguma forma diminuídos por não terem sido convidados a participar das comissões, estendemos as mesmas desculpas.

Em nossa avaliação, talvez o maior erro da Diretoria da SAB na condução do processo de discussão tenha sido nossa incapacidade em assegurar aos associados e participantes que as propostas contidas nos documentos não têm força legal, mas que consistem em recomendações, definidas por nossa Sociedade, sobre o que consideramos boas práticas arqueológicas, assim como quais profissionais devem por nós ser reconhecidos como arqueólogos. Mais uma vez, acreditamos que a SAB tem legitimidade para conduzir essas discussões. Percebemos que, talvez pela associação com o Ministério Público Federal, disseminou-se um temor de que estaríamos tentando impor, de maneira autoritária, parâmetros que, à vista de muitos, principalmente de estudantes de graduação, limitariam a possibilidade de exercício profissional. De fato, nossa intenção foi justamente a oposta: queríamos iniciar, a partir da reunião em São Paulo, um processo de discussão que deve culminar na Assembleia da SAB, que ocorrerá em Florianópolis por ocasião de nosso congresso no próximo mês de setembro. Baseado nessa proposta, prevemos já a realização de outras reuniões de discussão em Teresina (por ocasião do EREARQ, em meados de maio), Belo Horizonte (início de junho) e, se houver espaço, Porto Alegre. Está aberta, e seria recomendável, a possibilidade de realização de outras reuniões em outras cidades, se houver recursos e, principalmente, interesse.

O princípio básico que orienta nossas ações é o da auto regulação, isto é, a ideia de que podemos propor, para nós

mesmos associados à SAB, critérios de boas práticas profissionais e também de definição sobre quem pode se apresentar como arqueólogo(a) com respaldo da nossa própria Sociedade. A construção desses critérios consiste no tema central das discussões propostas. Os critérios permitirão que se defina com mais clareza quais são, na visão dos associados da SAB, os profissionais em questão que seguem os princípios de boas práticas recomendados pela Sociedade. O uso do selo significa que a SAB os apoiará em caso de conflito com empreendedores, órgãos licenciadores ou mesmo com outros arqueólogos que não utilizem o selo.

O modelo por nós proposto segue o do Register of Professional Archaeologists (RPA), dos Estados Unidos e do Institute for Archaeologists (IFA), da Inglaterra, países onde a profissão de arqueólogo também não é regulamentada. O selo terá um prazo definido de validade e deverá ser periódica e automaticamente renovado, caso não haja problemas com seu uso. Nossa proposta é que o acompanhamento sobre seu uso seja realizado inicialmente por uma comissão mista formada por membros da Diretoria da SAB e por associados que não componham a Diretoria. Se a proposta for aprovada, o princípio que orientará o acompanhamento do uso do selo é o de que os profissionais que a ele aderirem estarão de fato cumprindo os critérios determinados, cabendo à SAB intervir apenas em casos de conflito.

Na reunião do dia 4 o documento que gerou mais discussões foi o que propunha critérios mínimos para a prática da arqueologia. Boa parte da resistência deveu-se ao fato de que a proposta da Diretoria da SAB buscou hierarquizar categorias (júnior, sênior, pleno) compatíveis com diferentes atribuições ou responsabilidades, tais como assinatura de projetos, relatórios ou laudos. Após um longo

debate a proposta foi rechaçada, refletindo uma posição que a Diretoria já se propunha a apresentar na reunião. Ao final prevaleceu a proposta, feita pela Profa. Cristina Bruno (MAE-USP) e pela Dra. Zani Cajueiro (MPF-MG), de que a SAB deverá incorporar, com algumas modificações, os critérios que determinam a prática da profissão de museólogo, que é regulamentada. Um exame cuidadoso mostra também que tal proposta é em muitos aspectos semelhantes ao PL 912.

Finalmente, gostaríamos de informar que se encontra no momento em tramitação um termo de cooperação que será firmado ente o Ministério Público Federal e a SAB. Esse termo permitirá aos arqueólogos associados à SAB uma colaboração mais estreita e formalizada com o poder judiciário, ao qual poderemos emprestar nossa experiência, nos casos onde houver litígios em temas referentes ao patrimônio arqueológico.

Para concluir, pedimos a todos que visitem cada vez mais nossa nova página, www.sabnet.com.br, onde encontrarão informações sobre as atividades da Diretoria e terão acesso aos jornais eletrônicos. A nova página permite também que se realize o pagamento das anuidades e outras taxas.

Eduardo Góes Neves
Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira



Arqueologia com Antropologia / Antropologia com Arqueologia: o curso de graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Andrei Isnardis

Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia
da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
isnardis@gmail.com

A UFMG, no âmbito do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), viabilizou uma proposta inovadora no cenário acadêmico brasileiro: um curso de graduação em Antropologia com duas habilitações, Antropologia Social e Arqueologia¹. Entre os recursos advindos do REUNI estava a abertura de diversas vagas para contratação de professores, o que resultou, ao final de 2010, num corpo docente da área de Antropologia (aí incluindo os arqueólogos) que era o dobro daquele existente em 2007 - para isso colaborou também a criação do curso de Ciências Socioambientais, que também envolve os professores da área de Antropologia.

A primeira turma do novo curso ingressou em 2010 (o ingresso é anual, com 40 vagas) e deu início a um conjunto de experiências inéditas.

A maioria dos professores que se graduou no Brasil vem de cursos de graduação em Ciências Sociais ou em campos afins, de bacharelados de formato já consolidado. Assim, colocou-se diante de nós um desafio interessante. Não se trata de construir apenas um curso de graduação em Antropologia, nem um curso de graduação em Arqueologia, mas sim de construir um curso de Antropologia Social e Arqueologia, juntas. Envolver-se num projeto como esse foi uma atitude corajosa do corpo docente da área de Antropologia então trabalhando na UFMG, empreitada que não incluiu os sociólogos, nossos colegas de Departamento. A essa disposição veio se somar o entusiasmo dos novos professores contratados no decorrer de 2009 e 2010 - entre os quais me encontro.

Entre as vantagens de se construir um curso novo está a

necessidade de ser criativo. Um projeto, por mais estruturado que seja, por mais "bem amarrado" que pareça em sua grade de disciplinas e seu ementário², é muito diferente da definição pormenorizada do conteúdo das disciplinas, da prática de articulação sincrônica e diacrônica entre elas. Tem sido de fato um desafio prazeroso articular as disciplinas, dar musculatura e pele a seus esqueletos, torná-las complementares, mutuamente alimentadoras, não redundantes. O curso nos têm exigido refletir sobre as conexões entre os campos e criar formas de tornar essas conexões produtivas, o que, muitas vezes, implica em transpor as especializações e superar as limitações de nossas próprias formações acadêmicas.

A idéia de conexão e/ou pertencimento da Arqueologia à Antropologia, concebida em sentido amplo, já foi ricamente discutida, sob diversas perspectivas, tanto teóricas quanto políticas; o mesmo pode ser tido em relação à História. Não menos rica e estimulante é a defesa da autonomia científica da Arqueologia, com corpo teórico, objeto e métodos próprios. Este não é o espaço de retomar, nem de sumarizar tais discussões. O ponto aqui não é discutir se a Arqueologia é enquadrável dentro da Antropologia - não é essa a chave da proposta do curso. A questão que se coloca é se uma formação conjunta em Antropologia Social e Arqueologia pode ser frutífera para profissionais dos dois campos no Brasil. A proposta da graduação da UFMG acredita que sim. Essa é uma crença valiosa, quando avaliamos o contexto das investigações científicas que a Arqueologia vem conduzindo no Brasil e também o conjunto das possibilidades de atuação extra-acadêmicas dos profissionais dos dois campos. Nossa realidade de trabalho põe em concreta conexão comunidades tradicionais e registro arqueológico, patrimônio e construção de significados, encontros e desencontros de sistemas simbólicos. Creio que não há dúvidas sobre a riqueza das referências teóricas antropológicas para as discussões arqueológicas, nem tampouco da carência de referências arqueológicas na formação dos antropólogos sociais. Para além disso, percebo que as abordagens dos arqueólogos brasileiros nos últimos anos têm se sofisticado em termos de conteúdo teórico e essa sofisticação é marcada também pelo interesse e incorporação de novas perspectivas antropológicas - nativas e vindas de outras terras - e por novas leituras de pesquisas etnológicas - sobretudo nativas, sobre comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais.

Diante do quadro atual, a proposta de um curso de formação compartilhada entre os dois campos, Antropologia Social e Arqueologia, me parece oportuna e provocante. Provocante, pois exige que não nos enclausuremos em matrizes discursivas muito restritas, que nos mantenhamos

abertos para o diálogo, nos atualizemos em termos de novas perspectivas antropológicas e arqueológicas; para os arqueólogos envolvidos no curso, que saibamos colocar as especificidades da Arqueologia em conjunto com suas possibilidades de diálogo. O corpo docente está buscando formas de tornar essa formação compartilhada um modo efetivo de diálogo. Um poderoso ponto a nosso favor é a natureza do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, que também congrega os dois campos - Antropologia Social e Arqueologia. As pesquisas dos alunos do PPGAN têm realizado o movimento de apropriação dos trabalhos etnográficos pela Arqueologia e buscado diálogos sistemáticos entre as duas áreas de conhecimento. Sua atuação junto à graduação, como monitores e bolsistas, tem também colaborado para a construção dessa formação integrada.

A estrutura do curso de graduação é original e sofisticada. Inclui um elenco de disciplinas comuns às duas habilitações (os dois primeiros semestres são integralmente formados de disciplinas obrigatórias do tronco comum, mas estas não se limitam a esses semestres) e elencos específicos de cada uma delas. O percurso dos alunos, porém, se organiza de modo que os alunos não se restrinjam e se hiper-direcionem para a habilitação escolhida. Eles devem cursar as disciplinas obrigatórias comuns, as obrigatórias de sua habilitação, uma carga mínima de disciplinas optativas de sua habilitação e também uma carga de disciplinas obrigatórias e optativas da outra habilitação. A opção entre Antropologia Social e Arqueologia se faz ao final do primeiro ano, efetivando-se a partir do terceiro semestre, quando a carga horária já se define parcialmente entre obrigatórias de cada uma das duas áreas - momento em que se encontra nossa primeira turma, neste início de 2011.

Nos dois primeiros períodos as disciplinas criam referências básicas comuns aos dois campos do curso e de campos científicos afins, conectados a uma formação em ciências humanas mais ampla.

Diferentemente dos já consolidados cursos de Ciências Sociais, as disciplinas teóricas básicas de Antropologia não se organizam conforme o percurso histórico das correntes teóricas dessa ciência - Antropologia I, II, III e IV -, mas conforme suas linhas temáticas e campos de investigação - por exemplo, Organização Social e Parentesco, Ciência, Religião e Magia, Poder e Territorialidade, Simbolismo e Ritual. As disciplinas teóricas de Arqueologia seguem orientação semelhante, delineando-se em função dos campos e linhas de investigação arqueológica, como Arqueologia do Velho Mundo, Arqueologia Histórica, Arqueologia Pré-Histórica, Etnoarqueologia. Mesmo considerando que discussões metodológicas emergem e são desenvolvidas nas diferentes disciplinas temáticas, o curso dedica espaços específicos que fazem das questões de método seu foco, em disciplinas do tronco comum (Elaboração de Projeto de Pesquisa) e obrigatórias de cada uma das habilitações (Métodos e Técnicas de Pesquisa Arqueológica, Fundamentos de Pesquisa Etnográfica), além de uma carga horária destinada à prática de pesquisa, conforme se discutirá a seguir.

Um aspecto importante do curso é que uma carga horária bastante expressiva é constituída de disciplinas optativas; o que oferece aos alunos uma possibilidade concreta de buscarem mais intensamente temas e abordagens que mais lhes interessem. Há um elenco previsto de optativas (por exemplo, Arqueologia da Modernidade, Arqueologia do Brasil Central e Nordeste, Arqueologia de Salvamento, Tecnologias Pré-Históricas, Socialidades Urbanas, Antropologia e Imagem, Etnologia Indígena), mas esse é também um espaço para os professores serem criativos - e também perceptivos em relação às demandas dos alunos -, propondo temas e discussões diversificados e de seu especial interesse.

Outra característica da estrutura curricular que merece destaque é a inclusão na carga horária formal da Prática de Pesquisa Arqueológica (ou Antropológica), que envolverá os alunos - a partir do quarto período - no desenvolvimento de projetos de pesquisa (dentro do curso, para além de eventuais estágios e bolsas) e lhes proporcionará um treinamento em técnicas de análise, com atividades práticas de laboratório.

Uma preocupação do corpo docente que desenvolveu o projeto do curso e daqueles que a eles vieram a se juntar é a relação dessa graduação e de seus egressos com o crescente e envolvente cenário de trabalhos arqueológicos de contrato. Estamos cientes de que muitos terão na consultoria para processos de licenciamento ambiental sua principal possibilidade de trabalho. Contudo, o curso da UFMG recusa o papel de formar mão-de-obra proletarizada para os licenciamentos. Se a Arqueologia para licenciamentos parece ser o campo de atuação mais provável para muitos dos egressos, queremos que os profissionais que estamos formando cheguem até ele com uma boa base acadêmica, que os habilite tecnicamente para o desempenho de seu ofício, o que inclui lhes dar referências para que eles tenham consciência teórica e metodológica e consciência crítica em termos amplos. Esperamos - e estamos dispostos a trabalhar para - que nossos egressos tenham conhecimento sobre o contexto arqueológico em que seus possíveis trabalhos de consultoria se inserem, sejam capazes de fazer escolhas metodológicas conscientes, priorizem o patrimônio e as comunidades contemporâneas e reflitam sobre seu próprio papel nos trabalhos em que se envolverem. Para isso, a proposta do curso é de uma formação acadêmica, científica, incluindo no corpo do curso discussões que ponham em foco os campos possíveis de atuação profissional e seus aspectos políticos, legais e éticos. No meu entendimento, o formato que se está pondo em prática crê que uma boa base em Ciências Humanas municiaria melhor um jovem profissional, em termos metodológicos e em termos de crítica social, do que um curso técnico, voltado para as "demandas do mercado". Creio que cabe às universidades contribuir para que os profissionais que elas formam atuem de modo a dar a seu campo de trabalho uma conformação que o enriqueça, em lugar de adequarem-se passivamente às "exigências do mercado".

¹ A Universidade Federal de Pelotas também oferece uma graduação que inclui os dois campos, Arqueologia e Antropologia Social.

² Ementário, embora mais pareça o nome de um animal pleistocênico, é o conjunto das ementas das disciplinas de um curso, que define, em linhas básicas, seu conteúdo e objetivos.

No momento em que a UFMG percebeu a crescente demanda por profissionais e propôs um curso de graduação com habilitações em Arqueologia e Antropologia Social, ela não o fez para oferecer aos jovens um produto atraente, que pareça um bom modo de ganhar dinheiro – postura claramente visível em numerosos casos em tantas faculdades brasileiras. Em minha leitura, a proposta é, diante da demanda, contribuir para a formação de profissionais qualificados e bem dispostos para atuar com compromisso. Minha percepção do grupo de pessoas que aderiu à proposta da UFMG – os que ingressaram no curso – é de que a disposição majoritária não é a esperteza diante das ofertas do mercado, mas sim um interesse sincero pela Antropologia em sentido amplo e pela Arqueologia em particular.

Algumas posturas dos alunos diante da proposta do curso devem ser aqui destacadas. Percebo que a escolha entre as duas habilitações possíveis foi uma escolha difícil. O percurso feito até ali não era longo. Muitos alunos, embora manifestassem desde o primeiro dia uma preferência, tiveram suas preferências reconfiguradas pela vivência do próprio curso – felizmente! – e muitos mudaram de rumo; muitos continuaram sem saber como escolher; outros mantiveram sua disposição inicial. Isso não é nenhuma grande novidade ou surpresa. Mas o mais interessante é que a escolha da habilitação foi encarada – e vem sendo praticada – de um modo muito aberto pelos alunos. Eles parecem não vê-la como uma ruptura, um divórcio ou uma cisão tribal. Ao contrário, me parece que eles mantêm claramente o interesse pelo campo que não é o da habilitação escolhida, e o fazem de diversas formas; seja manifestando o interesse em formar grupos de estudos interdisciplinares; seja já manejando as alternativas de escolha entre as disciplinas ofertadas; seja, inclusive, e não temos apenas um caso assim, realizando estágio e envolvendo-se diretamente em projetos de pesquisa da área que não corresponde à habilitação escolhida ou em projetos de pesquisa que envolvem os dois campos. Isso é uma expressão muito estimulante de que eles incorporaram a proposta do curso de integração entre Antropologia Social e Arqueologia – e um convite a nós professores para que encaremos o estimulante desafio dessa proposta de uma forma produtiva e criativa.

Convido os leitores a visitarem <http://colgrad.ufmg.br/antropologia>, onde poderão obter informações detalhadas sobre a grade curricular, sobre o corpo docente e outros elementos do curso.

Para finalizar, gostaria de deixar explícito que as opiniões aqui expressas são minhas, não são institucionais e não pretendem representar as opiniões de meus colegas, que não têm responsabilidade sobre o que está dito aqui. Aquilo que se refere ao projeto pedagógico do curso corresponde a minha leitura dele e não a qualquer interpretação oficial de seu conteúdo.

O Curso Superior de Tecnologia em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Anne Rapp Py-Daniel¹

Universidade Federal do Oeste do Pará
annerpd@gmail.com

Todos os cursos de nível de graduação em arqueologia, funcionando no Brasil são recentes (Bezerra, 2008). Esses novos cursos nasceram em um momento de expansão acelerada da disciplina (Zanettini, 2010). Esse crescimento está intimamente ligado ao desenvolvimento econômico do país e às obras de infra-estrutura. Esse contexto tem favorecido principalmente a arqueologia de contrato, mas também tem seus impactos positivos na arqueologia acadêmica. Nos últimos anos foram oferecidas vagas nas universidades de todo o Brasil.

Todo esse rápido desenvolvimento da disciplina gerou uma série de dúvidas: por exemplo, o que define um arqueólogo? Qual a formação mínima? O que priorizar: prática ou teoria; pesquisa ou lucro?

Nesse contexto de desenvolvimento e de questionamentos os olhos dos arqueólogos, dos empreendedores e da sociedade se voltam-se para as novas levas de arqueólogos recém formados e muitas perguntas surgem sobre os objetivos dos novos cursos e a composição do corpo docente/discente.

Como veremos o Curso Superior de Tecnologia em Arqueologia (CSTARQ) representa um desafio não somente pela dificuldade de se montar e estruturar um curso sem parâmetros ou regulamentações (o curso de tecnologia em arqueologia não existe no Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia, sendo o primeiro no Brasil). É também um desafio, pois, pela própria definição, os cursos tecnológicos dão ênfase à prática, mas em arqueologia não pode – não se deve – esquecer da teoria. Assim, corre-se o risco constante de fazer uma caricatura da formação dos alunos, pensando demasiadamente em o que nos interessa como pesquisadores e nem sempre considerando a realidade que os futuros profissionais irão encontrar.

A estrutura do curso da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) apresenta peculiaridades que lhe são próprias:

1– não há corpo docente de arqueologia dentro da Universidade e o coordenador faz parte do corpo administrativo;

.....

¹ Coordenadora Pedagógica do CSTARQ entre 01/2009 a 01/2011.

2– o curso funciona em um sistema modular condensado (comum para pós-graduação, mas raro para o nível de graduação);

3– a UEA tem como missão interiorizar os cursos e este curso acontece no interior do Estado, em Iranduba, próximo a Manaus.

Ao final propõe-se uma rápida discussão sobre a formação dos arqueólogos no Brasil, a partir dessa experiência profissional.

Como surgiu o CSTARQ?

O CSTARQ surgiu da fusão de uma demanda constante por arqueólogos em grandes empreendimentos – o maior Estado da nação praticamente não tem arqueólogos – com interesses do Projeto Amazônia Central (PAC) – projeto acadêmico atuando principalmente nos municípios de Iranduba, Manaus e Manacapuru e coordenado por Eduardo Neves do MAE/USP. Em 2007/2008 nasceu uma demanda dentro da Universidade do Estado por um curso tecnológico voltado para a arqueologia profissional. Na ocasião Eduardo Neves elaborou uma grade curricular inicial e entrou em contato com outros profissionais, se certificando da viabilidade do projeto.

Em 2008, foi realizado o primeiro, único, vestibular para o CSTARQ, quando 32 vagas foram ofertadas. A UEA, em parceria com o município de Iranduba, optou por desenvolver o curso em uma escola municipal até que a mesma tivesse infra-estrutura no local ou que fosse construído um centro de arqueologia no município. Iranduba foi escolhido por duas razões: primeiro, em função da política da universidade de interiorizar os cursos e, segundo, em função da presença do PAC, que conduzia pesquisas no local, o que seria vantajoso para as aulas práticas.

Infelizmente a falta de estrutura física na escola (e no município) para acolher algumas disciplinas (principalmente as disciplinas de laboratório) fez com que a coordenação do curso procurasse soluções, mais ou menos bem-sucedidas, em Manaus (Instituto de Geografia e História do Amazonas – IGHA; Escola Normal Superior, Escola Superior de Tecnologia e Reitoria da UEA; diversos museus). A biblioteca de apoio ao CSTARQ foi em grande parte montada através de doações de diversas instituições e pesquisadores.

Objetivos do curso

Como todo curso que se preze o CSTARQ tem objetivos ambiciosos, sendo que o caráter temporário do curso limitou o desenvolvimento de alguns deles. Desde o início foi determinado que o curso seria voltado para a Amazônia, mas ao contrário das demandas específicas por arqueologia de contrato, optou-se por uma formação completa dando a possibilidade e incentivando o aluno a continuar sua formação.

Os objetivos específicos definidos são abrangentes e alguns deles tiveram que ser adaptados às condições físicas, financeiras e regionais. Mesmo assim esses

objetivos nortearam toda a elaboração da grade e a escolha dos docentes. O primeiro objetivo era o de desenvolver a capacidade do aluno para atuar em equipe interdisciplinar, planejando e executando atividades de identificação, prospecção, mapeamento, escavação, curadoria e extração do patrimônio arqueológico. Obviamente as disciplinas práticas tiveram que ser relacionadas ao contexto arqueológico da região e às pesquisas em andamento. Assim, incentivou-se professores com projetos pessoais a oferecer oportunidade de experiência para alguns alunos como meio de formação complementar.

Outro objetivo abordado especificamente em disciplina e transversalmente em toda a grade foi o de fazer conhecer a legislação sobre patrimônio cultural e sua aplicação, reforçando a internalização de valores de responsabilidade social, cidadania, justiça e ética profissional.

Obviamente que atender as demandas do mercado de trabalho também faz parte dos objetivos do curso, mas sempre promovendo a interação entre ciência, tecnologia e produção nas diversas áreas de atuação da Arqueologia.

Os objetivos do CSTARQ são amplos e procuravam desde o início um diálogo contínuo entre pesquisa acadêmica e contrato, entre teoria e prática.

Perfil dos alunos

O perfil dos alunos que ingressaram no CSTARQ foi o mais heterogêneo possível. As idades variavam de 18 a 60 anos. Alguns prestaram o vestibular com uma visão idealizada ou romântica da arqueologia, meio caminho entre as aventuras de Indiana Jones e as pirâmides perdidas da Amazônia. Outros prestaram o vestibular pela simples razão de ser o primeiro vestibular, para uma universidade pública, a ser ofertado no município. Em alguns casos o desconhecimento sobre a área era total, mas a curiosidade, a vontade de conhecer algo diferente e possivelmente encontrar uma vocação falou mais alto. Dentre os discentes somente quatro tinham tido alguma experiência concreta com arqueologia, seja como voluntários em escavações de projetos acadêmicos, seja como técnicos ou auxiliares em campos de arqueologia de contrato, estes procuravam completar a formação iniciada de maneira informal.

Verificou-se também níveis de formação acadêmica muito diferentes entre os alunos. Quatro alunos já tinham nível superior completo e atuavam em suas áreas de formação, enquanto outros tinham acabado de terminar o ensino médio ou trabalhavam em empregos que não requeriam ensino superior.

Dos 32 alunos aprovados, somente 26 cursaram o primeiro semestre inteiro, ao final do primeiro ano eram apenas 18 alunos, que continuaram durante todo o segundo ano. As razões pelas desistências foram diversas, as duas principais sendo: a dificuldade do percurso diário e o fato de que após o primeiro campo alguns alunos perceberam que a arqueologia não correspondia às suas expectativas românticas. Apesar de o curso ter sido ofertado no município de Iranduba, mais da metade da turma vem de municípios

vizinhos (Manaus ou Manacapuru). Não existe transporte adequado entre os municípios e os alunos perdem em média 4h a 6h diárias com transporte (terrestre e fluvial!!).

Corpo docente

A criação do CSTARQ fez parte de uma política da UEA de interiorizar os cursos de nível superior. Esses cursos são projetos, chamados de "especiais", pois são ofertados uma vez e só re-abrem em função dos resultados, da demanda da sociedade e/ou das capacidades financeiras da universidade. Visto o caráter temporário desses cursos não há docentes contratados ou concursados. Somente um ou dois coordenadores são contratados em cargos administrativos em regime de CLT.

À primeira vista esta estrutura deixa a desejar pela falta de continuidade e interação entre os professores e entre os professores/alunos. Entretanto, esses cursos têm algumas vantagens: a grade curricular pode ser montada conforme as necessidades de formação na área e não em função das competências dos docentes da casa. Assim, os alunos estão tendo acesso a professores altamente qualificados vindos das mais diversificadas instituições do país, muitos que nunca tinham participado do PAC e que vieram com metodologias diversas enriquecendo a formação dos alunos. Assim, uma deficiência da estrutura universitária é parcialmente compensada pela organização do curso.

As grandes desvantagens vêm do sistema condensado durante a graduação, visto que os alunos, sem experiência prévia, têm que aprender todo o conteúdo de uma disciplina sem ter visto nada da outra. Mas, como ministrar a disciplina "pré-história geral" sem que os alunos tenham tido noções mínimas de geologia? Outro problema é a orientação de trabalhos de iniciação científica e de fim de curso, pois os alunos acabam tendo pouco contato com a maioria dos professores e têm dificuldades para se direcionar.

A grade curricular do curso

Como todos os cursos de graduação o CSTARQ foi idealizado e, em seguida, teve que ser adaptado à realidade local. Com o surgimento de mais cursos de graduação em arqueologia pôde-se comparar experiências ajustando as disciplinas e os conteúdos oferecidos. O CSTARQ tem seis semestres (total de 2475 horas), seguindo o padrão dos cursos de tecnologia, que variam entre 1600 e 2400 horas. Pode-se dizer que a interdisciplinaridade regeu toda a elaboração e as eventuais alterações da grade. Ao final foram elaboradas 47 disciplinas (ver tabela) com cargas horárias diferentes,

² Em 01/2009 outra coordenadora também foi contratada, Helena Lima, mas que permaneceu menos de um ano no cargo.

procurando um equilíbrio entre prática e teoria.

Ao contrário da maior parte dos atuais cursos tecnológicos ou de graduação deu-se ênfase às disciplinas básicas (línguas e metodologia científica), pois se considerou que escrever corretamente e compreender minimamente artigos em língua estrangeira fazia parte da formação.

Período	Disciplina	Carga Horária Total
1º.	Introdução à Arqueologia	60
	Pré-História Geral	30
	Português Instrumental 1	30
	Inglês Instrumental 1	30
	Introdução à Arqueologia Amazônica	60
	Geologia	30
	Trabalho de Campo 1	210
2º.	Curadoria 1	60
	Metodologia Científica 1	30
	Técnicas de Laboratório: Cerâmica	90
	Técnicas de Laboratório: Lítico	60
	História das Paisagens Amazônicas	15
	A Legislação e as políticas públicas de preservação do Patrimônio Arqueológico	30
	Solos da Amazônia	30
	Português Instrumental II	15
	Noções de Ecologia	30
3º.	Arqueologia da Amazônia 1 (Início da Ocupação, Início da Produção Cerâmica e Emergência da Vida Sedentária)	45
	Etnoarqueologia	30
	Teoria de Arqueologia	30
	Arqueologia da Morte	60
	Arqueologia histórica	30
	Origem e Domesticação de Plantas Cultivadas	30
	Técnicas de Registro em Arqueologia	30
	Trabalho de campo 2	210

Período	Disciplina	Carga Horária Total
4º.	História da Arqueologia	30
	Curadoria 2	60
	Arqueologia da Amazônia 2 (Sociedades Amazônicas: séculos V a.c. ao XVI d.c.)	45
	Línguas Indígenas da Amazônia	30
	Metodologia Científica 2	15
	Arte Rupestre da Amazônia	60
	Técnicas de Registro de Arte Rupestre	60
	Conservação e Restauro	60
	Inglês Instrumental II	30
5º.	Arqueometria	30
	Arqueologia brasileira	60
	Arqueologia do Novo Mundo	30
	As Sociedades Indígenas da Amazônia dos Séculos XV ao XVII d.C.	60
	Arqueologia e Educação	60
	Museologia	60
	Etnologia da Amazônia	30
	A História da Amazônia entre os séculos XVIII e XXI	30
	6º.	Trabalho de campo 3
Curadoria 3		60
	Arqueologia e licenciamentos	30
	Arqueologia e Turismo	30
	História da Arte e Arqueologia Clássica	30
	Projeto de pesquisa	90

Tabela 1: Grade curricular do CSTARQ

Desafios da formação de arqueólogos em nível de graduação no Brasil

Vários pesquisadores/professores vêm chamando a atenção para os novos cursos de graduação em arqueologia e suas carências, como, por exemplo, as professoras Márcia Bezerra da UFPA (Bezerra, 2008), a professora Fabíola Silva da USP (comunicação na SAB de 2009), a professora Sheila Mendonça da FIOCRUZ.

Em parte os problemas giram em torno de alguns eixos centrais: será que um aluno deve ser formado para consultoria? Será que ele fará pesquisa e manterá o padrão de

qualidade que as pesquisas acadêmicas normalmente deveriam ter? Será que a motivação desses alunos não está ligada mais ao dinheiro do que à própria disciplina?

Essas perguntas são complicadas e todas as áreas, de uma forma ou de outra, já enfrentaram esses questionamentos. O grande desenvolvimento pelo qual a arqueologia passa atualmente foi experimentado por outras áreas, como a biologia, direito e outros, que acabaram criando conselhos regionais, estaduais e federais para regulamentar as profissões, exigindo formações mínimas. Talvez seja isso que a arqueologia precise para garantir que as pesquisas, acadêmicas ou de consultoria, sejam feitas por pessoas habilitadas e capazes. Mas mesmo assim existirão problemas, pois temos que batalhar para que a arqueologia entre nos livros didáticos desde o ensino fundamental, para que os alunos possam escolher com um pouco mais de conhecimento a área e que possamos valorizar o conhecimento como um todo.

Por fim, é claro que o CSTARQ nasceu para responder a uma demanda de contrato, o resultado provável vai ser a formação³ de alunos com vocações diversificadas, que atuarão em pesquisa e/ou consultoria. Vários demonstram interesse em continuar a formação e explorar novas áreas de pesquisa, mas com certeza alguns não seguirão a profissão. A minha experiência pessoal com os alunos da UEA foi otimista.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, M. 2008 Bicho de Nove Cabeças: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. Revista de Arqueologia, 21, n.2: 139-154.

ZANETTINI, P. 2010 Qual o Futuro Desejamos para a Arqueologia no Brasil, Arqueologia em debate. Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira? N. 02, 19-22.

³ O curso está previsto para terminar no fim de 2011.

A Formação em Arqueologia na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás

Sibeli A. Viana

Coordenadora do Curso de Arqueologia da PUC Goiás.
Docente do curso de arqueologia.

sibeli@pucgoias.edu.br

Julio Cezar Rubin de Rubin

Diretor do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia.
Docente do curso de arqueologia.

O curso de arqueologia da PUC Goiás nasceu no contexto emergente da arqueologia de contrato desenvolvida no Brasil, num momento em que as discussões acerca do patrimônio cultural num sentido mais amplo estavam presentes nas diversas esferas da sociedade, ultrapassando o lócus acadêmico. Este contexto é também marcado por uma demanda ávida por profissionais em arqueologia, constituído, na sua grande maioria, por pessoas advindas da graduação e pós-graduação em áreas afins. Neste conjunto, a arqueologia no Brasil cresce sem a regulamentação da profissão. O curso de arqueologia da PUC Goiás, assim como os demais cursos de graduação ou de pós-graduação do país, tem o papel de colaborar e de estimular no seu cotidiano com os discentes debates acerca das deontologias e éticas entre profissionais, assim como suas ações sobre o patrimônio arqueológico. Neste processo o curso de arqueologia tem como propósito norteador a formação acadêmica e profissional de arqueólogos no Brasil, preparando-os e habilitando-os a realizar pesquisa básica e aplicada de qualidade em arqueologia, em todas as suas dimensões: conhecimento e domínio dos fundamentos teóricos e epistemológicos que embasam as teorias arqueológicas; domínio das práticas essenciais para a realização de trabalho arqueológico; preparo de profissionais para a gestão e preservação do patrimônio cultural, bem como, capacidade para a gerência de projetos de pesquisa de natureza acadêmica ou de contrato e, finalmente, conscientizar o arqueólogo do seu papel social no mundo contemporâneo.

A Graduação no Interior de um Instituto de Pesquisa

Em situação diferenciada dos demais cursos da PUC Goiás, o curso de arqueologia emerge não de uma estrutura de departamento acadêmico, mas de um instituto de

pesquisa, o Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia – IGPA. Nos seus 39 anos de existência, o Instituto tem sua trajetória marcada pela atuação na pesquisa e na extensão, desenvolvidas nas áreas de arqueologia, antropologia, meio ambiente e documentação audiovisual. Sua atuação no ensino é mais recente, iniciada no ano de 2001, com o Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural (em fase de reestruturação) e, em 2006, com dois cursos de graduação, um em arqueologia e outro em antropologia. Essa realidade favorece o desenvolvimento da interdisciplinaridade no curso.

Ressaltamos que o IGPA dispõe de um notável acervo arqueológico, etnográfico e audiovisual, constituído de peças, documentos fotográficos e fílmicos. Parte expressiva destes materiais é proveniente de pesquisas desenvolvidas a partir das décadas de 1970; outra é constituída por coleções audiovisuais doadas ao IGPA: coleção Jesco Von Puttkamer e Adrian Cowell, a primeira premiada três vezes: prêmio Rodrigo Mello Franco, pelo IPHAN em 2002; pela Unesco, nos anos de 2009 e 2011, com os selos de Patrimônio da Humanidade Brasil e América Latina e Caribe. A totalidade deste acervo é disponível a professores e alunos que, a partir de critérios e orientações específicas os utilizam em suas aulas, assim como para o desenvolvimento de trabalhos monográficos e fonte de pesquisa de projetos individuais.

O CURSO DE ARQUEOLOGIA DO IGPA/PUC GOIÁS

O curso teve início no ano de 2006, tem duração de três anos e meio e, até o presente momento, duas turmas concluíram o curso. Até 2008, o curso era oferecido no período matutino, posteriormente, passou para o período noturno, com 50 vagas por processo seletivo.

Proposta Curricular

A proposta curricular do curso de Arqueologia organiza-se em torno de três núcleos de formação:

* **Núcleo de conteúdos básicos:** as disciplinas deste núcleo criam condições para o desenvolvimento de competências básicas, por meio de disciplinas de áreas de conhecimento afins ao campo da arqueologia, preparando o aluno para a sua formação no campo profissionalizante.

* **Núcleo de conteúdos profissionalizantes:** as disciplinas que compõem este núcleo oferecem aos alunos os elementos indispensáveis para ele exercer suas atividades; inclui as disciplinas que formam o aluno no campo da arqueologia;

* **Núcleo de conteúdos profissionalizantes específicos:** está constituído por disciplinas que estendem e aprofundam os conteúdos do núcleo profissionalizante,

permitindo aos alunos desenvolverem habilidades específicas no campo da arqueologia.

A interdisciplinaridade ocorre pela transversalidade de disciplinas como Geologia do Quaternário, Sociedades Indígenas, Museologia, Análise Espacial, Zooloquia, Anatomia Humana, Geoarqueologia, Arqueologia de Contrato e as optativas, dispostas nos três núcleos de formação.

A prática no curso de arqueologia ocorre do primeiro ao sexto período, de modo que o conhecimento teórico e prático se desenvolvem de forma concomitante.

Os Docentes

Os docentes permanentes do curso são constituídos por professores efetivos da PUC Goiás e lotados no IGPA, provenientes dos núcleos de arqueologia, meio ambiente, antropologia e documentação audiovisual. Fazem parte do seu quadro ainda professores de outros departamentos da universidade e professores convidados provenientes de outras instituições de ensino de diferentes partes do Brasil e de competência reconhecida nas suas áreas de atuação. Esses docentes convidados ministram aulas, em módulos concentrados, de excelente qualidade conforme avaliação interna da PUC Goiás, proporcionando ao curso um caráter exógeno, atendendo uma posição mais aberta e democrática do conhecimento. Este intercâmbio entre profissionais tem promovido boas experiências junto aos discentes e, em alguns casos, tem como resultado estágios direcionados e orientações de monografias e de mestrado.

O Perfil dos Discentes

Constata-se, no curso de arqueologia da PUC Goiás, uma procura significativa de candidatos provenientes de outras regiões do país. De um total de 90 alunos matriculados até esse ano de 2011, e já formados, 64,5% são oriundos do estado de Goiás, os demais 35,5% são provenientes dos estados do Mato Grosso (07), São Paulo (07) Ceará (03), Distrito Federal (03), Mato Grosso do Sul (02), Minas Gerais (02), Tocantins (02), Pará (02), Paraná (01), Bahia (01) Rio de Janeiro (01) e Santa Catarina (01).

A forma de ingresso no curso também é diversificada: 64,5% dos alunos ingressaram por meio do vestibular tradicional; 14,5% são portadores de diplomas; 10% reopção de curso; 5,5% transferência externa; e 5,5% com Bolsa do PROUNI. Na turma do presente ano, formada por 22 alunos, 18 ingressaram por meio do vestibular, sendo 9 no modelo tradicional, 9 por meio do Programa do Vestibular Social, modalidade em que os candidatos participam do processo seletivo e os aprovados, conforme sua renda famil-

iar, podem obter uma bolsa de até 50% no valor das mensalidades, e 4 como portadores de diploma. Esta turma apresenta uma faixa etária média de 31 anos, sendo 60% do sexo masculino e 40% do sexo feminino. A turma que conclui o curso ao final do primeiro semestre de 2011 possui uma média de 27 anos de faixa etária, sendo 54% do sexo feminino e 46% do sexo masculino.

Integração com a Pesquisa

A integração dos alunos de graduação aos projetos de pesquisa do corpo docente do curso de arqueologia ocorre por meio do Programa Institucional de Políticas de Pesquisas da PUC Goiás, através das seguintes modalidades de bolsas: Bolsas do BIC/PROPE; Bolsas do PIBIC/CNPq; Bolsas do BIC/OVG/UCG; Voluntários e Programa de Monitoria.

Os alunos contemplados com bolsas de iniciação científica apresentam os resultados dos seus planos de trabalho durante eventos internos, como a Semana de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás, onde os trabalhos são avaliados por professores da instituição ou, no caso de bolsistas do Programa PIBIC/CNPq por professores bolsistas de produtividade de outras instituições de ensino superior, além dos eventos externos, como congressos regionais, nacionais e internacionais dos quais participam.

Integração do Curso com a Extensão

A integração dos acadêmicos de Arqueologia com a extensão ocorre principalmente por meio das atividades desenvolvidas no Centro Cultural Jesco Von Puttkamer onde são desenvolvidas oficinas temáticas a alunos do ensino médio e fundamental, preparação de exposições e preparação de monitores para exposições. A extensão da arqueologia também está na Semana de Cultura e Cidadania, evento no qual a Universidade oferece à comunidade uma série de atividades, palestras, oficinas temáticas, minicursos e recreação. Há ainda outras atividades, como as iniciativas do Centro Acadêmico Jesco Von Puttkamer de divulgação da arqueologia nas escolas, com o tema: "Arqueologia e Você", bem como iniciativas da disciplina Arqueologia Pública, que dentre outras ações, conduz os alunos a desenvolverem atividades lúdicas em escolas de ensino básico e fundamental, com o objetivo de aproximar a arqueologia daqueles que a desconhecem. Todas essas ações são apoiadas pelos gestores do curso e parte da carga horária exercida pelos discentes nestas atividades de extensão pode ser integrada no dossiê do aluno como "Atividades Complementares", previstas no Projeto Político Pedagógico do curso.

O Espaço Físico Ocupado pelo Curso

O espaço físico do Curso de Arqueologia conta, além das salas de aula, com nove (09) laboratórios, utilizados para as aulas práticas e pesquisas acadêmicas e de contrato: sendo dois (02) laboratórios de arqueologia; um (01) laboratório de meio ambiente; um (01) laboratório de cartografia; três (03) laboratórios compartilhados com cursos de outros departamentos da universidade, como o de anatomia humana, biologia animal e paleoecologia; um (01) laboratório de informática; um (01) Centro Cultural - Jesco Puttkamer - onde se desenvolvem, dentre outras, as atividades de documentação e expografia.

Aulas Práticas Realizadas no Curso

As aulas práticas são realizadas nos laboratórios do curso de Arqueologia, em laboratórios dos Cursos de Biologia (Zooarqueologia e Pré-história Geral 1), Cursos de Biomedicina (Anatomia Humana), Geografia (Cartografia), laboratório de Informática (Sistema de Informação Geográfica), Centro Cultural Jesco Von Puttkammer (Museologia), além dos laboratórios especificamente de arqueologia (Tecnologia Cerâmica 1 e 2, Tecnologia Lítica 1 e 2, Introdução à Prática de Campo). As aulas de campo, são realizadas preferencialmente nas regiões de Serranópolis, Caiapônia e região do rio Araguaia, áreas importantes no contexto da arqueologia brasileira e onde alguns dos docentes do curso desenvolvem pesquisas acadêmicas.

Desafios da Formação em Arqueologia na PUC Goiás

São muitos os desafios da formação acadêmica de graduação em arqueologia na PUC Goiás. Dentre eles, o de formar profissionais de qualidade, mas acima de tudo éticos, enquanto cidadãos compromissados com a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. Também defendemos a continuidade da formação acadêmica, pois entende-se que a qualificação acadêmica, nas suas diversas instâncias (especialização, mestrado e doutorado), é o caminho para uma arqueologia crítica e de qualidade técnico e científica.

Ademais, sabemos que não é só nossa a dificuldade em integrar jovens em cursos de arqueologia no contexto atual, dominado pelo mundo virtual, esta dificuldade não está nas características materiais e imateriais que direta ou indiretamente constituem o patrimônio arqueológico, mas principalmente no enfrentamento político e ideológico que domina o nosso país, onde as profissões "promissoras" são aquelas consideradas tradicionais como, por exemplo, Direito, Engenharia, Medicina, Odontologia, Agronomia e Veterinária. A maior integração dos jovens nos cursos de Arqueologia depende da valorização da cultura em nossa sociedade, portanto, de ações específicas que se iniciam nos ensinamentos fundamental e médio, relacionadas principalmente a investimentos e a qualificação de pessoal.

O campo não faz o arqueólogo: em defesa da formação de pesquisadores em Arqueologia e o bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Beatriz V. Thiesen – FURG.
beatrizthiesen@yahoo.com.br

Artur H. F. Barcelos – FURG.
ahbarcelos@hotmail.com

Os estudos para a criação do curso de Bacharelado em Arqueologia na Universidade Federal do Rio Grande – FURG – iniciaram no ano de 2005, mas foi apenas com o Decreto Presidencial nº. 6.096/07 de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que a proposta tomou fôlego e o projeto inicial foi reformulado.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Curso de Bacharelado em Arqueologia fundamenta-se na visão de que o Brasil é um país que apresenta intensa diversidade cultural que contrasta com um discurso "oficial" homogeneizante da identidade brasileira. Esse discurso assegura, pela diluição de identidades, a subordinação de diferentes grupos a um segmento hegemônico. Tal mecanismo de poder e controle social só é possível quando existe a perda da memória e, portanto, a perda de referenciais de identidade que estão necessariamente unidos àquilo que chamamos patrimônio, ou seja, aquilo que é seletivamente demarcado como significativo na memória social.

Este PPP expressa o entendimento de que a Arqueologia é uma ciência social interpretativa, que pesquisa, através da cultura material, "a emergência, manipulação e transformação dos sistemas sócio-culturais através do tempo, cabendo-lhe investigar, na longa duração, de que forma a cultura material manipulou e foi manipulada, moldou e foi moldada, direcionou e foi direcionada pelas forças envolvidas em sua construção" (Andrade Lima, 2002:118). Considera, ainda, que a cultura material é utilizada por diferentes atores sociais para controlar e resistir ao poder, sendo um meio privilegiado através do qual as relações sociais são mantidas ou transformadas, e enfatiza a importância de se pensar os usos sociais do passado. Com isto, afirma-se a importância social da Arqueologia, especialmente como ferramenta favorecedora em processos de inclusão. Considera ainda, que a cultura material da qual se valem os arqueólogos para as construções interpretativas sobre o "humano" não se esgota naquela parcela legada pelas gerações passadas, incluindo também a cultura material do tempo presente, em sua dimensão social, simbólica, permeada de sentidos e significados para as sociedades contemporâneas.

Fazer Arqueologia inclui saber que não há trabalho arqueológico que não implique em patrimônio e em socialização do patrimônio e do conhecimento (Tamanini, 1998). Deste modo, a Arqueologia pode ser particularmente relevante para uma sociedade multicultural como é a brasileira.

A proposta de construção do curso de Arqueologia partiu, portanto, da crença de uma necessidade crescente em nossa sociedade de assumir as diversas heranças étnico-culturais responsáveis pela formação da nação.

O curso de Bacharelado em Arqueologia, conforme sua concepção e princípios norteadores, está estruturado em disciplinas de formação técnica e teórica, possuindo um forte caráter transdisciplinar, cuja unidade se estabelece a partir da percepção da diversidade cultural expressa em duas linhas temáticas: Arqueologia das Sociedades Pré-coloniais Americanas e Arqueologia do Capitalismo. Tais linhas constituem-se em trajetos de formação flexíveis, ou itinerários formativos distintos, que conduzem à diplomação do aluno objetivando o desenvolvimento de aptidões particulares.

A designação das linhas temáticas pretendeu romper com a concepção etnocêntrica, binária e positivista que considera os povos que habitavam as Américas antes da conquista como povos sem história, em oposição aos com história. Da mesma forma, visou sublinhar a importância do exame do capitalismo como o foco adequado da tradicionalmente chamada 'Arqueologia Histórica' (Orser, 1992)

Há a evidente vontade (e necessidade) de colocar a Arqueologia e a formação de arqueólogos no âmbito das ciências humanas e sociais, domínio que favorece a reflexão e problematização da realidade social e onde é possível atuar no processo de desmistificação e reintegração de saberes.

Assim, o curso possui um núcleo de formação básica que inclui disciplinas de conteúdos fundamentais, que fornece a base para a autonomia intelectual do profissional competente e os conhecimentos indispensáveis da área de formação específica.

Possui, também, um núcleo de formação específica que reúne os conhecimentos particulares das distintas linhas temáticas e que envolve o desenvolvimento de competências que caracterizam e diferenciam um profissional.

Assim, o curso está estruturado no sentido de formar arqueólogos com base em uma visão holística que privilegia não apenas os aspectos técnicos, que são indispensáveis à formação de um bom profissional, mas também o desenvolvimento de capacidades que possibilitem a compreensão humanística do mundo. Um profissional que seja capaz de tomar decisões, fazer escolhas e ter atitudes baseadas em sólidos princípios éticos, sociais e legais.

Neste curso se aprende que ser arqueólogo, é fazer ciência, e, mais do que isso, é fazer ciência engajada, para e com a sociedade. O que queremos são profissionais comprometidos com a ciência e com a sociedade.

Para isso, construiu-se um curso de graduação que enfatiza o diálogo entre diferentes campos de saber,

buscando a superação da visão fragmentada do conhecimento; que fomenta o pensamento crítico e reflexivo e que privilegia a formação sobre a informação.

O curso defende que um arqueólogo deve ser formado com base em conhecimentos de natureza cultural, ética, técnica e científica, sendo capaz de reconhecer e respeitar a diversidade cultural e atuar de forma compatível com essa diversidade. Ele deve possuir o domínio consistente de uma base teórico-metodológica do saber Arqueológico, bem como de outros saberes limiares a este, que lhe permitam desenvolver um pensamento crítico-constructivo e autônomo para realizar escolhas entre as várias perspectivas teórico-metodológicas, com capacidade reflexiva de atuação nos contextos das pesquisas de campo e de laboratório. Deve ser capaz de transitar pelas fronteiras da Arqueologia com outras áreas do conhecimento e ter a consciência de que o patrimônio arqueológico é direito de todos.

Com uma formação deste tipo, podemos formar no Sul do país um profissional capaz de atuar em pesquisas arqueológicas no Pará, no Peru ou no Paquistão. Porque este arqueólogo terá o instrumental necessário para compreender as complexidades que envolvem a prática arqueológica. Porque se trata de formação e não de adestramento.

Desafios para concretização da proposta

Em 2011 o curso recebeu o ingresso de sua quarta turma. Isto se deu pelo fato de que tivemos um ingresso em 2008, em agosto, com 40 alunos, e outro em 2009, em março, com mais 40 alunos. O mesmo se repetiu em 2011. Assim, com a quarta turma, considerando a evasão e as formas de ingresso extra vestibular/Enem, chegou-se a um número atual em torno de 140 alunos matriculados. Os Conselhos Superiores da FURG definiram que a partir de 2011 o ingresso na Universidade se daria exclusivamente pelo ENEM – SISU. Desta forma, passamos a receber mais alunos oriundos de outros Estados da Federação. A formação em Arqueologia, através dos cursos de graduação implementados a partir de 2004, passou a ser uma opção a mais para os milhares de candidatos a uma vaga nas universidades brasileiras. A área, por todo o imaginário social construído em torno dela, atrai por si só, um razoável número de pretendentes. Com o ENEM, criou-se a possibilidade de que os alunos se candidatem a partir de seus Estados de origem para vagas em outros Estados. E isto tem uma implicação direta sobre o perfil dos alunos. No curso há estudantes oriundos da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás, entre outros. Isto significa uma interessante diversidade cultural, apesar dos problemas com moradia e recursos para a fixação dos estudantes, problemas estes vividos em todas as IFES que optaram pelo ENEM como forma de seleção e ingresso.

Outro desafio enfrentado foi a adequação do projeto original de curso com a real capacidade da universidade em

oferecer a totalidade das disciplinas previstas originalmente no QSL (Quadro de Sequência Lógica). Diante desta realidade e com a ampliação do quadro de professores desde o início do curso em 2008, agregando novos docentes e suas experiências, optou-se por uma reforma curricular. Assim, foi realizada uma alteração no posicionamento das disciplinas no QSL; eliminaram-se disciplinas e foram criadas novas disciplinas. As especificidades das trajetórias dos docentes também contribuíram para a criação de disciplinas optativas ligadas as áreas de intervenção dos professores. Como resultado, iniciamos o ano de 2011 com um novo QSL, que será concomitante ao QSL original em uma etapa de transição até o final de 2012.

A ampliação das áreas de atuação dos arqueólogos nas últimas décadas também contribuiu para que os acadêmicos de Arqueologia trouxessem interesses novos e diversificados. Assim, além daqueles alunos que demonstram inclinações para especialização em aspectos analíticos de materiais líticos, cerâmicos, louças, vidros, metais e etc., bem como para estudos ligados a transformações de paisagens e paleopaisagens, tem sido freqüente o interesse por temáticas tais como a Etnoarqueologia, a Arqueologia Pública, a Arqueologia da Repressão, a Educação Patrimonial, entre outras, além do diálogo com a área da Antropologia, sobretudo no tocante às sociedades tradicionais e sua cultura material. Isto exige do corpo docente uma atualização constante das temáticas em desenvolvimento, além de redes de cooperação e intercâmbios com outros pesquisadores de forma a oferecer aos alunos percursos alternativos e futuros espaços de formação continuada.

As redes de cooperação e intercâmbio têm sido fundamentais para a aquisição de experiências práticas dos acadêmicos em trabalhos de campo e laboratório. De forma que, nos últimos dois anos, diversos estudantes do curso tiveram a oportunidade de participar em projetos de colegas do Rio Grande do Sul e de outros Estados. A perspectiva futura é a ampliação desta rede de cooperação para os países vizinhos com os quais o Estado possui maior proximidade geográfica, como a Argentina e o Uruguai. Paralelo a estes movimentos, é preciso que os cursos de Arqueologia brasileiros estabeleçam práticas de mobilidade acadêmica, realizando esforços em suas instituições, de forma integrada, para colocar efetivamente em prática a mobilidade que faz parte de uma das políticas norteadoras da Reestruturação Universitária promovida pelo Governo

Federal.

Por fim, e não menos importante, a perspectiva do Bacharelado em Arqueologia da FURG, como expressado acima, é a de formar pesquisadores capacitados tanto para as demandas imediatas da Arqueologia Consultiva e Preventiva, quanto para a investigação acadêmica, bem como para o desenvolvimento de projetos no âmbito mais amplo do Patrimônio e da inclusão social. O aparecimento dos bacharelados em Arqueologia no Brasil nos últimos seis anos modifica radicalmente o quadro da formação de arqueólogos no Brasil como até então era realizada. O bacharelado em Arqueologia conquistou, através de seu caráter de nível superior de Ensino, o mesmo status atribuído às áreas tradicionais do conhecimento científico que exigem a formação universitária. Isto traz benefícios, mas também grandes responsabilidades. Ao não privilegiar unicamente uma formação voltada para uma lógica de mercado de trabalho que se encontra em seu auge através da Arqueologia Consultiva, por considerar os riscos de uma retração deste mercado dentro de alguns anos, busca-se olhar para o futuro, preparando os acadêmicos para a abertura de novas frentes de atuação do profissional arqueólogo. Faz-se necessário também o estímulo constante para que os acadêmicos se envolvam nos debates contemporâneos da Arqueologia brasileira, sobretudo aqueles que tratam da formação dos arqueólogos, da Regulamentação e da Auto-regulamentação do campo profissional, e da atuação política através de canais de representação e dos fóruns científicos da área.

Referências Bibliográficas

ANDRADE LIMA, T. 2002 O papel da Arqueologia histórica no Mundo civilizado. Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul. Cultura Material, Discursos y Práticas. Zarankin & Senatore (eds), pp. 117- 127. Buenos Aires, Ediciones del Tridente.

ORSER, C. 1992 Introdução à Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Ed. Oficina dos Livros.

TAMANINI, E. 1998 Museu, Arqueologia e poder público: um olhar necessário. In Cultura Material e Arqueologia Histórica. Funari, P.P.A (org.) pp. 179-220. Campinas, IFCH-UNICAMP.

O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), campi de São Raimundo Nonato, PI

Maria Fátima Barbosa

Docente na Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Doutoranda em Arqueologia - UFPE

fatima.barbosa@hotmail.com

Com proposta de desenvolver ações para o desenvolvimento e proteção do semiárido, a Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF - iniciou suas atividades, a partir da publicação da Lei N. 10.473 de 27 de junho de 2002.

O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial - primeira graduação em Arqueologia em Universidade Federal no Brasil - foi instalado no campi de São Raimundo Nonato, PI, junto ao Parque Nacional Serra da Capivara, por motivos estratégicos. Nesta região, estão localizados cerca de 1.300 sítios arqueológicos com potencial para pesquisa, sendo que nem 10% destes sítios foram ainda estudados.

O objetivo do curso é formar profissionais que possam atender à demanda de pesquisa, análise e conservação da cultura material e formar arqueólogos e especialistas em patrimônio cultural capacitados a elaborar, executar, supervisionar e gerenciar projetos de salvamento, de resgate, de preservação e de conservação de monumentos, artefatos e outras expressões da cultura material e patrimonial. Sua área de abrangência inclui arqueologia pré-histórica, arqueologia histórica e preservação patrimonial.

Os profissionais formados em arqueologia pela UNIVASF estão habilitados a atuar em instituições de ensino e pesquisa; em entidades públicas e privadas, desenvolvendo projetos ou dando assessoria e consultoria para a coleta, preservação e conservação do patrimônio cultural, bem como fazer o resgate de vestígios arqueológicos em obras de grande porte, como em abertura de estradas, construção de usinas hidrelétricas, ferrovias, entre outras.

São oferecidas anualmente, 50 vagas, com ingresso através do Sistema de Seleção Unificada - SiSU e o prazo de inscrição é divulgado pela UNIVASF através do site (www.univasf.edu.br).

O corpo docente é composto, atualmente, por seis doutores, sete mestres - cinco dos quais em processo de doutoramento em Arqueologia - e um especialista na área de meio ambiente. Como professoras colaboradoras, conta-se com a participação da arqueóloga Profa. Dra. Niéde Guidon, e da bióloga Profa. Dra. Rute Maria Gonçalves

de Andrade.

A clientela do curso varia ano a ano. No primeiro, quase a totalidade dos ingressantes foi da região nordeste, mas em 2011 o número de alunos de Estados de outras regiões aumentou.

Até o início de 2011, foram formados 36 alunos, já inseridos no mercado de trabalho em Instituições como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA; na ferrovia Transnordestina; no Ministério da Integração/Transposição do São Francisco; efetivos como arqueólogos, por concurso, na Universidade Federal de Pernambuco, e como arqueólogos na Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM. Alguns optaram por complementar sua qualificação acadêmica em Mestrados de Arqueologia, na UFPE; UFSE, UFPI, Museu Nacional e no exterior.

O curso é oferecido em oito semestres, devendo o aluno cursar uma carga horária mínima de 2610 horas em disciplinas específicas obrigatórias - Ciclo Básico e Profissional, 120 horas em disciplinas oferecidas pelos núcleos temáticos e interdisciplinares e 300 horas de disciplinas eletivas. A carga horária plena do curso é de 3.030 horas.

As atividades práticas de escavação são realizadas em um sítio escola, localizado no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara - a Toca da Invenção -, que apresenta um paredão com pinturas rupestres próximo a um "caldeirão" (reservatório de água) natural.

Atualmente, as aulas de Laboratório são realizadas na Fundação Museu do Homem Americano mediante convênio assinado entre as instituições que possibilita aos alunos e professores da UNIVASF o uso dos laboratórios (cerâmica, lítico, vestígios orgânicos e paleontologia) e o estudo do acervo, desde que não esteja sendo estudado por pesquisadores da FUMDHAM. O convênio possibilita também o uso de espaços como auditório, Museu, sala de leitura, biblioteca, sala de aula etc. Quanto a trabalhos práticos, os alunos participam, muitas vezes, de escavações ou prospecções realizadas pela FUMDHAM, como ocorreu na Lagoa dos Porcos, um sítio paleontológico, mais especificamente uma lagoa fóssil de grandes dimensões, de onde foram retirados milhares de ossos da megafauna, no ano de 2010.

A grade curricular do Ciclo Básico e Profissional do curso é composta por 44 disciplinas, dispostas da seguinte maneira:

No primeiro período, são oferecidas as seguintes disciplinas: Introdução à Arqueologia, Preservação Patrimonial I, Geologia Geral, Teoria e Metodologia da Pesquisa Científica e Educação Ambiental.

No segundo período: Desenho arqueológico, Elaboração do texto científico, Teoria Arqueológica I, Geoarqueologia, Optativa I.

Terceiro Período: Informática I, Evolução Humana,

Curso de Arqueologia da Universidade Federal Pelotas - UFPel¹

Cláudio Baptista Carle

Dr. em Arqueologia e Professor do Curso de Antropologia – Habilitação em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, RS.

cbarle@yahoo.com.br

Pré-história da África, Métodos e Técnicas Arqueológicas I, optativa II

Quarto período: Preservação Patrimonial II, Pré-História do Velho Mundo, Pré-História do Novo Mundo, Métodos e Técnicas arqueológicas II, Topografia I, Optativa III

Quinto período: Preservação Patrimonial III, História Indígena I, Pré-história do Brasil, Teoria Arqueológica II, Laboratório I e Optativa IV.

Sexto período: Preservação Patrimonial IV, História do Brasil Colonial, Arqueologia Histórica I, Métodos e Técnicas Arqueológicas III, Registro Rupestre, Optativa V.

Sétimo período: História Indígena II, Bioarqueologia, Arqueologia Histórica II, Métodos e Técnicas Arqueológicas IV, História da Arte, Núcleo Temático.

Oitavo período: Antropologia Física, Seminários de Pesquisa, Monografia, Laboratório II, Optativas VI e VII.

O curso de Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) está inserido em um Curso de Bacharelado em Antropologia, sendo que sua formação final se dá com uma carga profunda de formação em Antropologia. Os arqueólogos em questão não serão antropólogos, mas arqueólogos com um profundo conhecimento em Antropologia Social e Cultural.

A composição docente atual do Curso é a seguinte: Flavia Maria Silva Rieth (Coordenação) – Antropóloga; Adriane Rodolfo – Antropóloga; Claudia Turra Magni – Antropóloga; Cláudio Baptista Carle – Arqueólogo; Loredana Ribeiro – Arqueóloga; Rafael Milheira – Arqueólogo; Francisco Luiz Pereira da Silva Neto – Antropólogo; Lori Altmann – Antropóloga; Lúcio Menezes Ferreira – Arqueólogo; Renata Menasche – Antropóloga; Rogério Reus Gonçalves da Rosa – Antropólogo; Edgar Gandra – Historiador. Na área de arqueologia contamos também com o apoio de outros profissionais tais como Pedro Sanches, Diego Lemos Ribeiro (arqueólogos que trabalham no Curso de Museologia) e Jaime Mujica Salles (arqueólogo uruguaio amador que atua no Curso de Conservação e Restauro). É importante destacar que até o momento o grupo de professores arqueólogos não está formado, pois ainda serão abertos concursos para mais três vagas.

A presença maior de Antropólogos no curso é da peculiaridade do mesmo, pois nos anos iniciais a ênfase maior é na formação antropológica, sem que no caso se tenha menor enfoque na formação arqueológica. A formação de campo e laboratório deste profissional tem tido foco na atuação dos alunos (que participam hoje de aulas noturnas), nos projetos de pesquisa (5 projetos em desenvolvimento) e nas disciplinas complementares do Curso História com foco importante na Arqueologia, tais como: Arqueologia I e II já desenvolvidas no primeiro semestre de 2009 e com Arqueologia III sendo desenvolvida neste semestre.

O curso nesta região do país tão próximo a outro curso, a menos de 100 Km na cidade de Rio Grande, onde existe outro curso de Arqueologia se justifica por ser um curso Bacharelado em Antropologia (Designada pela Portaria 792, de 04/07/2007) e é um marco na história da

¹ Texto apresentado a Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Antropologia e da Arqueologia, pois une os dois e cria profissionais habilitados a propor ações com base no conhecimento antropológico. A ideia em si de não estar a Antropologia vinculada ao Curso de Ciências Sociais, já é algo inovador, e o atrelamento da Arqueologia à Antropologia é um diferencial em níveis nacionais. Esta interação entre Antropologia e Arqueologia tem já tradição nos Estados Unidos (desde 1950), na Europa (desde 1980) e na América Latina (desde 1990). Não é incomum nos países próximos no Prata (Argentina e Uruguai), mas nada comum no Brasil.

Há nove cursos de graduação em Arqueologia no Brasil; na Universidade Federal de Pelotas é o bacharelado em Antropologia com habilitação em Antropologia Social e Cultural e habilitação em Arqueologia que se faz representar. O Curso tem um segmento que lhe é bem peculiar, pois o Arqueólogo formado neste receberá a titulação de Bacharel em Antropologia, com habilitação em Arqueologia. O curso tem duração mínima de 08 semestres e máxima de 16 semestres. A Carga Horária Total do Curso de Arqueologia da UFPel compreende 2.920 horas de atividades discentes, distribuídas em 160 créditos mínimos, sendo presencial com aulas a Noite e a Tarde.

O ingresso no Curso se dava por processo seletivo (vestibular), mas hoje pelo ENEM, sendo no inverno oferecidas 20 vagas em Arqueologia. Apesar do curso ser categorizado como ênfase em Arqueologia no curso de Antropologia, o aluno opta já no processo seletivo se quer fazer Antropologia Social e Cultural ou Arqueologia. Acontecem ingressos de alunos via transferência interna, transferência de outros cursos e ingresso diplomado. O curso apresenta regime semestral e está ligado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia – DAA do Instituto de Ciências Humanas – ICH. O curso de Bacharel em Antropologia com habilitação em Arqueologia possui uma carga horária dividida de acordo com os três núcleos de formação. A carga de Arqueologia compreende 3.120 horas de atividades discentes, distribuídas em 152 créditos mínimos o que supera a sua congênera a habilitação em Antropologia Social e Cultural que compreende 2.916 horas de atividades discentes, distribuídas em 148 créditos mínimos. A tabela 1 apresenta estes núcleos de formação.

NÚCLEO	HORAS	PERCENTUAL
Formação Específica	2.312	74%
Formação Específica Optativa e/ou Formação Complementar	408	13%
Formação Livre	400	13%
TOTAIS	3.120	100%

Tabela 1 – Núcleos de formação. Fonte: PPP do Curso.

O núcleo de Formação Específica básica indispensável, é formado por componentes curriculares obrigatórios dos campos de saber próprio à habilitação, ao curso e às áreas afins. O núcleo de Formação Específica Optativa abrange

um conjunto de saberes oriundos das duas habilitações que possibilitam ao discente o aprofundamento em temas específicos do Bacharelado em Antropologia. Esta formação complementar ao profissional em arqueologia ajuda na fortificação de conceitos e métodos oriundos de disciplinas vinculadas a outros cursos importantes na constituição deste profissional. Estes cursos estão presentes no ICH e em outros centros da UFPel. Há a possibilidade da formação complementar em outras universidades brasileiras e estrangeiras, acompanhado por um professor orientador do Curso de Arqueologia. As 400 horas de Formação Livre são destinadas a atividades de extensão (seminários, congressos, jornadas, oficinas), bem como, projetos de pesquisa, projetos de extensão, pesquisas, trabalhos de campo, estágio não-obrigatório (este último, no limite, 200 horas).

A estrutura do currículo do Bacharelado em Antropologia Habilitação em Arqueologia é assim constituída por seus componentes curriculares da Formação Específica: Introdução à Antropologia, 68 horas; Fundamentos de História, 68 horas; Sociologia I, 68 horas; Introdução à Arqueologia, 68 horas; Pré-História Geral I, 68 horas; Teoria Antropológica I, 68 horas; Teoria Antropológica II, 68 horas; Introdução à Linguística, 68 horas; Etnologia Ameríndia I, 68 horas; Pré-História Brasileira I, 68 horas; Teoria Antropológica III, 68 horas; Família e Parentesco, 68 horas; Metodologia da Pesquisa Qualitativa, 68 horas; Etnologia Afro-Latinoamericana I, 68 horas; Teoria Arqueológica I, 68 horas; Patrimônio Cultural, 68 horas; Cartografia e Geoprocessamento, 68 horas; Antropologia Política, 68 horas; Mitologia e Ritual, 68 horas; Pré-História Brasileira II, 68 horas; Arqueologia Pública, 68 horas; Arqueologia Histórica I, 68 horas; Geologia, 68 horas; Prática de Laboratório I, 68 horas; Teoria Arqueológica II, 68 horas; Prática de Campo I, 68 horas; Educação Patrimonial, 68 horas; Arqueologia Histórica II, 68 horas; Prática de Laboratório II, 68 horas; Zooarqueologia, 68 horas; Prática de Campo II, 68 horas; Muzealização Arqueologia e Antropologia, 68 horas; Trabalho de Conclusão de Curso, 136 horas.

A estrutura de formação Optativa, onde o grupo busca a opção em forma de interesse, apresenta um rol maior de componentes curriculares, como veremos a seguir, o que permite uma especificidade conforme interesse do grupo em formação – Componentes Curriculares de Formação Específica Optativa: Antropologia da Alimentação, 68 horas; Antropologia da Arte, 68 horas; Antropologia Audiovisual e da Imagem, 68 horas; Antropologia do Consumo, 68 horas; Antropologia Física, 68 horas; Antropologia Jurídica, 68 horas; Antropologia e Meio Ambiente, 68 horas; Antropologia da Religião, 68 horas; Arqueologia Clássica, 68 horas; Arqueologia de Contrato, 68 horas; Arqueologia do Oriente Próximo Antigo, 68 horas; Arqueologia Pré-Colombiana, 68 horas; Estudos Rurais I, 68 horas; Estudos Rurais II, 68 horas; Estudos Rurais III, 68 horas; Estudos Rurais IV, 68 horas; Etnoarqueologia, 68 horas; Etnologia Afro-Latinoamericana II, 68 horas; Etnologia

Afro-Latinoamericana III, 68 horas; Etnologia Afro-Latinoamericana IV, 68 horas; Etnologia Ameríndia II, 68 horas; Etnologia Ameríndia III, 68 horas; Gestão de Acervo Arqueológico, 68 horas; História do Pensamento Arqueológico, 68 horas; Imaginário e Memória, 68 horas; Leituras Etnográficas I, 68 horas; Leituras Etnográficas II, 68 horas; Metodologia de Pesquisa Quantitativa, 68 horas; Oficina de Imagem e Som, 68 horas; Pré-História do Rio Grande do Sul, 68 horas; Relatórios Técnicos, Pareceres, Perícias II, 68 horas; Seminário de Arqueologia I, 68 horas; Seminário de Arqueologia II, 68 horas; Seminário de Arqueologia III, 68 horas; Seminário de Etnologia I, 68 horas; Seminário de Etnologia II, 68 horas; Teoria Antropológica V, 68 horas.

O currículo do curso é uma unidade de disciplinas, princípios, atividades e experiências que integram o processo de formação do futuro profissional. Esta formação está proposta em quatro (4) linhas. Na primeira linha temos um eixo teórico que busca a fundamentação epistemológica da Arqueologia, situando-a no quadro das Ciências Sociais e na História do pensamento arqueológico, superando o empirismo e a visão tipológica dando foco para as teorias e métodos arqueológicos tradicionais e contemporâneos. Neste desenho podemos identificar os componentes curriculares tais como: Introdução à Arqueologia; Teoria Arqueológica I e Teoria Arqueológica II; História do Pensamento Arqueológico. Em uma segunda linha podemos perceber o estudo da diacronia, com uma idéia mais global da formação, analisando diferentes épocas e regiões, pré-históricas e históricas, com abordagens comparativas. Neste campo da formação o futuro profissional obteve aprendizado sobre diversos contextos espaço-temporais embasado em modelos interpretativos da Antropologia e da Teoria Social; onde disciplinas como, Pré-História Geral I, Pré-História Brasileira I e II, Arqueologia Histórica I e II, Arqueologia do Oriente Próximo Antigo, Arqueologia Clássica, Arqueologia Pré-Colombiana e Pré-História do Rio Grande do Sul, possibilitarão uma ação teórica e metodológica em arqueologia em variados contextos,

A formação busca, em um terceiro caminho, uma interdisciplinaridade na ação teórico-prática nas atividades de campo, laboratório e gabinete (produção, análise e interpretação dos dados), tanto em sentido tecnológico

quanto humanístico. Os alunos se instrumentalizarão no campo geo-biológico e no campo cultural, por meio de disciplinas específicas e complementares com o uso de tecnologias e metodologias de georeferenciamento e de interpretação de dados biológicos, assim como no estabelecimento de inter-relações entre dados materiais e etnográficos, em estudos aprofundados que poderão ser desenvolvidos por meio dos Seminários de Arqueologia, de temática livre, na elaboração de um trabalho de conclusão de curso que permitirá avaliar-se a junção das diferentes habilidades e discussões de caráter teórico-metodológico. Neste sentido estão na sua formação os componentes curriculares de Prática de Laboratório I e II, Prática de Campo I e II, Cartografia e Geoprocessamento, Geologia, Zooarqueologia, Etnoarqueologia, Antropologia Física e Trabalho de Conclusão de Curso em Arqueologia.

Na quarta linha de formação temos um foco patrimonial, o qual aglutina os processos de formação previstos nas linhas anteriores, envolvendo uma formação mais política e de engajamento social dos arqueólogos na academia e fora dela. As discussões de teoria, método e diacronia em interação formarão a dimensão pública do trabalho arqueológico. O arqueólogo formado no curso terá bases para ações nas temáticas como memória social, patrimônio, musealização e turistificação das coleções e sítios arqueológicos. A atuação deste também prevê um profissional hábil no campo do licenciamento e arqueologia de contrato. A formação prevê as disciplinas de Patrimônio Cultural, Arqueologia Pública, Educação Patrimonial e Musealização da Arqueologia e da Antropologia, Gestão de Acervo Arqueológico e Arqueologia de Contrato.

Na Antropologia Social e Cultural e na habilitação em Arqueologia temos o apoio do Projeto de Extensão Permanente ligado ao Departamento de História, coordenado por Fabio Vergara Cerqueira (arqueólogo que ministra uma disciplina no curso) - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ). O curso apresenta o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia da Imagem e do Som (LEPAIS) destacando a utilização por parte do corpo docente e discente dos acervos antropológico, arqueológico, imagético e sonoro como recurso didático e desdobramento das pesquisas para a escritura de trabalhos de conclusão de curso.

O Curso de Bacharelado em Arqueologia na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

André Penin - apenin@gmail.com
 Carlos A. Zimpel - czimpel@gmail.com
 Valeria Ferreira e Silva - valcfs@terra.com.br
 Fundação Universidade Federal de Rondônia
 Departamento de História e Arqueologia

Contexto de Surgimento

"A Utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a Utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar".

Eduardo Galeano(2006:167)

Sabemos que quando se refere a dados relacionados à Amazônia, os números são sempre superlativos. Não é novidade que existam áreas gigantescas onde a arqueologia ainda não conseguiu acesso.

Apesar de possuir valor científico e cultural destacado para compreendermos o nosso passado nativo, a carência de investimento, de pessoal qualificado e fixado na região Norte cria barreiras para que nosso passado deixe a obscuridade das profundezas da terra.

Estamos acompanhando no Estado de Rondônia, principalmente durante as últimas três décadas, uma expansão agropecuária voraz, as faraônicas obras públicas tocadas à revelia do licenciamento ambiental, além da crescente urbanização, colocando-nos cara a cara com o risco de perdermos, para sempre, grande parte desses vestígios que muito ainda podem nos revelar.

No nosso Estado ocorrem gigantescas obras de infraestrutura, um ritmo já acelerado de colonização, além do significativo crescimento das últimas décadas que promete intensificar-se nos próximos anos, com a abertura de estradas, a construção de hidrelétricas¹, gasodutos, a expansão da pecuária e da monocultura agrocapitalista que ocupam áreas cada vez maiores de nossas florestas. Nas cidades, em crescente ritmo de expansão, a periferia, antes constituída por terras pouco ocupadas, passa a oferecer o

¹ Jirau e Santo Antonio, em execução, além de mais outras três de grande porte, projetadas para os rios Mamoré e Machado, sem contar as outras 10 PCHs em execução. Setembro de 2009

cenário dos novos bairros.

Nesse contexto, o curso de graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia foi pensado a partir de membros do Departamento de História (atual Departamento de História e Arqueologia) que, sabedores do imenso potencial arqueológico do Estado, aproveitaram o momento político, que propiciou a expansão das Universidades Federais por meio do REUNI², e conseguiram da reitoria a criação do mesmo.

A criação do curso vai ao encontro tanto de uma necessidade crescente em nossa sociedade de assumir as diversas heranças étnico-culturais responsáveis pela formação da nação, quanto em resposta aos imperativos legais que, como podemos observar, ainda não são cumpridos de plena maneira neste Estado³.

Para o caso específico de Rondônia, inserida no contexto da Região Amazônica, o curso de graduação em Arqueologia caracteriza-se como uma necessidade premente para o entendimento de seu passado e da constituição de suas primeiras estruturas sociais humanas. A recente criação do Estado, aliada a um processo de ocupação territorial que se iniciou nas últimas décadas do século XIX de forma tímida, e que somente a partir da década de 50 do século passado se fez efetiva, fazem com que, do ponto de vista patrimonial e identitário, a Arqueologia assuma, a médio e longo prazo, um papel primordial, podendo se tornar a protagonista em um eventual discurso de afirmação regional.

Assim, justifica-se o preparo de nossos jovens para o trabalho arqueológico, vislumbrando com isso um futuro onde melhor conheceremos nosso passado, principalmente aquele relativo ao período pré-colonial, e daqueles segmentos marginais que contribuíram na construção do Estado, com questões ainda repletas de interrogações. O perfil do aluno interessado, portanto, deve corresponder precisamente a um aluno cuja curiosidade intelectual esteja voltada aos temas aqui brevemente delineados. Com relação ao perfil dos formados, pouco se pode dizer, uma vez que nenhuma turma se formou ainda. O que se pode dizer é que a taxa de evasão nos primeiros dois ou três semestres é bastante alta, estabilizando-se depois disso. Atualmente contamos com duas turmas, uma no quarto e outra no segundo semestre. Embora tenham sido abertas cinquenta vagas em cada vestibular, ambas as turmas possuem, no presente momento, cerca de metade desse total.

O curso de Bacharelado em Arqueologia na UNIR hoje: corpo docente, estrutura curricular e estrutura física

² Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

³ Com a ressalva de que o Estado de Rondônia não é exceção frente à realidade nacional.

O curso de Bacharelado conta com três professores com formação específica em Arqueologia, além de outros quatro com formação diversificada, em História, Geografia e Biologia. O regime do curso é matutino e cada período comporta até cinco horas-aula.

Anualmente no curso ingressam 50 alunos no segundo semestre letivo de cada ano. O ingresso da primeira turma ocorreu em 2009. A seleção é feita pelo concurso vestibular da UNIR. A meta é formar pelo menos 45 arqueólogos por ano, a partir de 2013, o que equivale a 90% do número de alunos ingressantes (esta meta é definida pelo REUNI). Considerando-se que o curso está programado para realização em quatro anos, terá, em princípio, duzentos alunos de graduação.

Dada a inserção do curso em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), as disciplinas na estrutura e organização do currículo são classificadas segundo a sua categoria em Obrigatórias, Complementares e Eletivas. O Currículo Pleno do curso de Bacharelado em Arqueologia está constituído de um **currículo padrão**, correspondente ao conjunto de disciplinas obrigatórias, distribuídas por períodos letivos, obedecendo a uma seqüência lógica de conteúdos.

Além de um **currículo complementar**, composto por disciplinas complementares necessárias à integralização dos créditos do curso. Os créditos optativos do curso poderão ser integralizados também com créditos de disciplinas eletivas, atividades complementares e/ou monitoria acadêmica.

Para tanto a grade curricular foi estruturada a partir de três segmentos que caracterizam as disciplinas como básicas, técnicas e específicas. Cada um destes eixos temáticos tem um objetivo singular, e a união destes conhecimentos, as habilidades e capacidades desenvolvidas nas atividades de cada uma destas disciplinas irá compor a formação dos primeiros futuros arqueólogos graduados em arqueologia dentro de uma IFES no Norte do país, e que exercerão suas atividades dentro daquilo que esperamos com o objetivo do curso de bacharelado em Arqueologia da UNIR.

Nosso objetivo na UNIR é que o aluno saia do curso de graduação com uma plena formação teórico-metodológica aliada ao entendimento das técnicas de praxe do arqueólogo, buscando entender, preservar e divulgar o patrimônio cultural do povo brasileiro.

Específicas	CH
Introdução a Arqueologia: teoria e método	80
Teoria arqueológica I	60
Teoria Arqueológica II	60
Arqueologia Brasileira I	60
Arqueologia Brasileira II	60
Métodos e técnicas em arqueologia – campo I	80
Métodos e técnicas em arqueologia – campo II	80
Métodos e técnicas em arqueologia – campo III	80
Métodos e Técnicas em arqueologia - laboratório I	60
Métodos e Técnicas em arqueologia - laboratório II	80
Métodos e Técnicas em arqueologia - laboratório III	80
Arqueologia Histórica I	40
Registros Rupestres	40
Arqueologia Amazônica I	60
Bioantropologia	60
Zoarqueologia	40
Arqueologia e licenciamento ambiental	40
Etnoarqueologia	60
Geoarqueologia	60
Ética e Arqueologia	60
Arqueologia Amazônica I	60
Arqueologia Amazônica II	60
Arqueologia de Rondônia	80
Estágio de Campo	80
Estágio de laboratório	80
Total 1	1600
Básicas	CH
Português Instrumental	60
Filosofia	40
Matemática	60
Introdução a Geologia	60
Antropologia e Etnográfica Brasileira I	60
Pré-História Geral	40
Pré-história da América	60
Estatística I	60
Espanhol Instrumental	40
Inglês Instrumental	60
História das Terras Baixas Bolivianas	60
Sociologia	60
Ecologia da Amazonia	60
Introdução ao Patrimônio	40
História da Amazônia I	60
Total 2	900

Técnicas	CH
Cartografia aplicada a Arqueologia	60
Topografia	40
Estatística	60
Museologia	40
Técnicas de conservação e restauro	40
Projeto de Pesquisa em arqueologia	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	60
Trabalho de Conclusão de Curso II	100
Total 3	460
Complementares	CH
Análise Paleoclimática	60
Patrimônio Arqueológico e Legislação Ambiental	60
Arqueologia Histórica II	60
Análise de Material Cerâmico	60
Análise de Material Lítico	60
Registros Rupestres II	60
Sistema de Desenho Aplicado a Arqueologia I	60
Sistema de Desenho Aplicado a Arqueologia II	60
Caçadores- coletores	60
Geoarqueologia	60
Introdução a Administração	60
História Indígena	60
Paleoecologia e Quaternária da Amazônia	60
Etno-História das Populações afro-amazônicas	60
Arqueologia histórica da Amazônia	60
Arqueologia da diáspora afro-brasileira	60
Carga Horária Mínima de disciplinas complementares	240
Total 4	240

Tabela 1: Grade Curricular

Em busca do cumprimento desta meta, realizamos a distribuição da carga horária entre estas disciplinas de maneira que 50% do curso fique concentrado nas disciplinas específicas, enquanto as básicas, técnicas e complementares somadas formem a carga horária total do curso de Bacharelado .

Pretende-se com esse curso fornecer aos alunos as ferramentas teóricas e metodológicas fundamentais para trabalhar com a disciplina arqueológica. Para isso, dentro das disciplinas específicas, podem ser encontradas aquelas que se referem a conteúdos próprios da Arqueologia (métodos e técnicas, teoria, campo e laboratório etc.),

4 3200 h.a distribuídas em 8 semestres letivos.

aquelas voltadas ao aspecto da conservação (museologia, técnicas de conservação e restauração) e aquelas dirigidas à questão patrimonial e ao mercado (introdução ao patrimônio, licenciamento ambiental e arqueologia, ética e arqueologia). No que diz respeito às matérias propriamente arqueológicas, há uma certa ênfase nos conteúdos amazônicos, tendo em vista a localização do Estado. Mesmo assim, as matérias Arqueologia Brasileira I e II foram pensadas justamente para evitar a especialização excessiva, fornecendo ao aluno um panorama amplo da arqueologia nacional.

Os cursos de campo e laboratório têm como objetivo seguir uma seqüência lógica no desenvolvimento das habilidades específicas dos diferentes contextos encarados na atividade arqueológica. Dadas as especificidades locais os alunos passarão por experiências de coleta e processamento dos mais recorrentes vestígios encontrados no contexto amazônico: sítios líticos, lito-cerâmicos, coleta e processamento de restos orgânicos e sítios históricos.

Para aqueles contextos de fora da Amazônia é proposta uma atividade de sítio simulado, para que o aluno tenha a mínima noção dos elementos que por ventura poderá encontrar durante seu desenvolvimento enquanto profissional de arqueologia.

Também podemos pensar que esta premissa de sítio arqueológico simulado não deva ser encarada somente sob a lógica de demonstrarmos contextos extra-amazônicos. É importante refletir que, trabalhando com um recurso finito, seria indispensável a criação de contextos simulados para os trabalhos iniciais no aprendizado das técnicas básicas de uma pesquisa em um sítio arqueológico (exercícios de aplicação de malha, demarcação de uma unidade de escavação, registro da cultura material, princípios estratigráficos, etc.) já que erros neste momento do aprendizado são inevitáveis. Deve ficar clara ao alunado a responsabilidade do docente⁵ para com a preservação, o estudo e o registro correto de um sítio arqueológico; esse senso de responsabilidade, aliás, é uma das mais importantes lições que o professor não pode falhar em transmitir aos estudantes, que serão os profissionais do futuro.

Considerações finais

Em nossa opinião, não se deve ter ilusões sobre as consequências das mudanças que estamos acompanhando no âmbito do ensino em Arqueologia. Atualmente penamos em consequência da pouca capacidade que as presentes

5 Que deve ser professor, arqueólogo e agente multiplicador nas ações relacionadas à preservação do patrimônio cultural.

gerações de arqueólogos possuem em termos de transmissão de conhecimento, particularmente em nível de graduação⁶.

O ensino de Arqueologia no Brasil começa a se restabelecer após praticamente dez anos de estagnação⁷, e hoje temos uma crescente expansão de novos cursos de graduação em Arqueologia, seguido também da abertura de cursos técnicos e de especialização na área.

Se por um lado há um grupo que julga que o ensino de Arqueologia deve ser restrito ao patamar de pós-graduação, por outro temos uma posição de que podemos, sim, construir um curso de graduação em que o pessoal formado saia com as competências necessárias para o pleno exercício do saber-fazer arqueológico.

Apesar da pertinência, não cabe neste espaço discutir se o que queremos ou precisamos para a Arqueologia seria um perfil profissional instruído e formado na graduação ou pós. Esta questão, porém, pode ser remetida a outra, que também entra em choque com a qualidade e os parâmetros mínimos que seriam fundamentais para a formação do arqueólogo: o incrível aumento, nas duas últimas décadas, da demanda por profissionais em Arqueologia, por força da expansão dos trabalhos arqueológicos vinculados ao licenciamento ambiental de grandes obras.

Essa questão tampouco será tratada extensivamente aqui; nosso propósito, apenas, é estabelecer o pano de fundo sobre o qual se assenta a criação de umas das cabeças do bicho que possui nove (Bezerra 2003). O correto funcionamento dessa e de outras cabeças (que devem ser pensantes) está condicionada à preparação das nossas universidades públicas em receber um curso de graduação que pode ter um custo inicial de investimento até mais oneroso do que o de áreas com tradição de ensino no País, como engenharia e medicina, entre outros.

Acreditamos, portanto, que a criação de um curso de Arqueologia deve ser seriamente ponderada e planejada antes de sua efetivação. Se temos cinquenta alunos por ano, com três turmas simultâneas – uma em classe, outra em campo e outra em laboratório – necessitamos de uma estrutura adequada para tanto (cento e cinquenta pessoas executando diferentes facetas do saber-fazer arqueológico

⁶ Não nos referimos à qualidade, mas sim à quantidade, pois até o fim da década de 80 éramos pouco mais de meia dúzia. Até o início abrupto da abertura de cursos de graduação em Arqueologia verificado nos últimos anos, ainda se podia contar a comunidade arqueológica na casa de algumas poucas centenas. Isso está mudando rapidamente.

⁷ Momento em que foi fechado o antigo curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Estácio de Sá/RJ, e os últimos arqueólogos foram formados.

ao mesmo tempo). Nem o mais ambicioso, nem o mais abastado projeto de Arqueologia já executado na história deste país contou com uma equipe de trabalho tão numerosa.

Conseqüentemente, consideramos que não basta que haja vontade política para a criação de um curso de bacharelado em Arqueologia. Tampouco basta que haja demanda de trabalho. A conjuntura de sua criação deve levar em conta uma estrutura ainda mais complexa, onde haja a união de vontade política, disposição das universidades e o acompanhamento e posicionamento da nossa entidade científica – a SAB – a fim de estabelecermos aqueles parâmetros mínimos necessários à formação plena do arqueólogo.

Evidentemente, este argumento não pode fazer com que seja restringida a liberdade do educador, já que as especificidades regionais são significativas durante o processo de criação de um curso de graduação. Cada novo curso de graduação tem de se pautar também na especificidade local para atribuir determinada ênfase na formação discente (como os estudos e a preservação de arte rupestre no Nordeste brasileiro) e também nas características próprias dos corpos docentes das instituições (como o curso da FURG, que é atrelado à antropologia, e o da PUC/GO, que tem uma grade voltada para a preservação do patrimônio, área de estudo já tradicional na instituição).

Apesar da recente criação do curso e apesar do pouco tempo atuando enquanto professores de arqueologia, consideramos que é uma utopia criar um curso onde sejam englobadas todas as questões relacionadas a arqueologia, pois sabemos que são muitas (arqueologias), e estamos em construção permanente.

Em alusão ao pensamento de Eduardo Galeano remetido no início, perguntamos: para que serve uma utopia? Para caminhar. Mas não somente isso, para caminhar e chegarmos ao mais longe possível. Esta é a nossa principal meta na UNIR, meta essa que deve ser difundida ao máximo entre aqueles que ensinam arqueologia.

Referência Bibliográfica

BEZERRA, Márcia. 2008. Bicho de Nove Cabeças: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. In: Revista de Arqueologia, SAB Belém, 21, n. 2, pp.139-154.

GALEANO, Eduardo. 2006. El libro de los abrazos. Ed. Siglo XXI, Montevideo.

O Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Andréa Lourdes Monteiro Scabello

Coordenadora do Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da UFPI
ascabello@ufpi.edu.br

Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva

Coordenador de Estágio do Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da UFPI
abrahaosanderson@hotmail.com

O curso de bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí é relativamente novo e surgiu, assim como alguns outros cursos da área de arqueologia no país, no bojo das transformações políticas, econômicas e sociais vivenciadas no Brasil durante a última década. Entre outros aspectos, essas mudanças repercutiram no ensino superior em universidades públicas federais, por meio da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, ou REUNI, que foi instituído através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Se a existência de um curso de arqueologia na UFPI é relativamente recente, ele entrou em funcionamento a partir de 08 de março do ano de 2008, o mesmo não podemos dizer da prática da pesquisa arqueológica no Piauí. Isto porque, ainda na década de 1970 pesquisadores de uma missão franco-brasileira instalaram-se no sudeste do Estado, iniciando os trabalhos que culminaram com a delimitação do Parque Nacional da Serra da Capivara e legando, desde então, importantes informações acerca das ocupações humanas pré-históricas nesta porção do solo piauiense e do processo de povoamento na América (GUIDON et al., 2002).

O corpo docente do curso de bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da UFPI conta atualmente com 11 professores, sendo sete doutores, três doutorandos e um mestre. Desses onze, sete apresentam ao menos uma das pós-graduações (mestrado ou doutorado) em arqueologia ou pré-história, sendo que a formação em nível de graduação dos professores do curso se dispersa pelas seguintes áreas: história, química, biologia, geografia, letras e arquitetura. As temáticas de atuação desses profissionais são: arte rupestre, arqueometria, arqueologia histórica,

musealização da arqueologia, educação patrimonial, turismo arqueológico, paleontologia, ocupações costeiras, análises de indústrias líticas, análise de materiais cerâmicos e desenho em arqueologia.

As primeiras turmas de alunos a ingressarem no bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da UFPI eram formadas majoritariamente por alunos residentes no Piauí, principalmente, aqueles que moram na cidade de Teresina, onde o curso funciona, ou em municípios próximos. O antigo sistema de ingresso à Universidade Federal do Piauí adotava uma distribuição das vagas por meio de um regime de cotas em que 50% das vagas eram destinadas a alunos provenientes de escolas públicas. A adoção, por parte da UFPI, do ENEM como forma de ingresso na universidade tem alterado um pouco esse quadro, fazendo com que possam ser observados no curso estudantes provenientes de estados como São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

No início do 1º período letivo do ano de 2011, como tem ocorrido deste 2008, o curso recebeu 40 novos alunos. Assim sendo, esses estudantes compõem a 4ª turma e aqueles que ingressaram em 2008 fazem parte da turma de formandos que ao final de 2011 deverá colar grau. Isto implicou no fato de que atualmente o curso encontra-se no início do processo de reconhecimento pelo MEC, reconhecimento que, diga-se de passagem, deveria ser norteado por diretrizes curriculares estabelecidas especificamente para cursos de graduação em arqueologia que, até o presente momento, não foram elaboradas.

Em torno de 80% dos alunos do curso podem ser incluídos como provenientes de famílias da classe média, sendo que do total de alunos freqüentando, aproximadamente 70% dedicam-se apenas as atividades discentes. O bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da UFPI possui uma evasão em sua primeira turma na ordem de 57,5%. Entretanto, esse nível de evasão não se mantém para as outras turmas, onde o índice oscila entre 18% e 25%.

O egresso do curso de bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, segundo a "Proposta Curricular" (elaborada em 2006 e que recebeu alterações em 2011, as quais aguardam a aprovação nas instâncias da universidade), deverá ser um profissional que atue de forma crítica em diferentes setores da arqueologia, compreendendo e avaliando "os aspectos sociais, tecnológicos, ambientais, políticos e éticos relacionados à aplicação dos princípios da Arqueologia e da Conservação de Sítios Arqueológicos em benefício da sociedade" (UFPI, 2007: 12).

Diante disto, observa-se que o projeto político-pedagógico do bacharelado em arqueologia da UFPI busca acenar com a possibilidade de propiciar uma formação abrangente, compreendendo áreas das ciências naturais e humanas e permitindo ao estudante uma formação diversificada, a qual, entre outros aspectos, faculta aos profissionais formados nesse curso a oportunidade de trabalhar também com a conservação dos registros rupestres.

A estrutura da matriz curricular proposta para o curso reúne ao todo quarenta e duas disciplinas, as quais são ofertadas no período diurno ao longo de oito semestres letivos, fazendo com que o aluno venha a integralizar uma carga horária total de 2.580 horas.

As disciplinas do curso são divididas em dois grupos: 1) obrigatórias e 2) optativas, sendo que as disciplinas do grupo 1, são sub-divididas em três categorias: conteúdo básico, profissional e complementar. As disciplinas obrigatórias correspondem as de formação teórico-prática dos alunos e neste grupo, encaixam-se disciplinas como, por exemplo, Arqueologia Histórica, Arqueologia Brasileira, Técnicas de Laboratório em Arqueologia e Desenho Técnico de Material Arqueológico. Por outro lado, as disciplinas complementares, que também possuem natureza teórico-prática, visam ao aprofundamento em um determinado campo de atuação e nesta categoria foram incluídas disciplinas como Arqueobotânica, Tópicos em Museologia e Paleopatologia.

Além dos grupos de disciplinas referido acima e das "Atividades Científico-Acadêmicas-Culturais", que possuem uma carga horária de 120 horas, os alunos deverão cumprir, nas dependências da UFPI ou em instituições e/ou empresas conveniadas a universidade, o Estágio Supervisionado que é desenvolvido em ambiente de trabalho e "visa à preparação para o trabalho produtivo de

educandos que estejam freqüentando o ensino regular em curso de graduação da UFPI" (Resolução CEPEX/UFPI, 22/09: 1). Desta maneira, observa-se o fato de que como o estágio supervisionado está relacionado ao exercício profissional, ele pode incluir atividades de vários tipos, tais como prospecção, escavação e conservação de arte rupestre e, também, a parte prática de gestão da informação proveniente dessas atividades.

Uma proposta pedagógica, não só em um curso de arqueologia como em qualquer outro, é algo dinâmico e que reflete um determinado momento histórico. "De fato, a constituição dos currículos vai muito além da simples organização linear de conteúdos compartimentados em unidades de conhecimento. Esse é um ato imbuído de significados sociais, econômicos e políticos" (BEZERRA, 2008: 150).

Concordamos com Bezerra (2008) no sentido de que podem ocorrer situações peculiares, ou "idiossincrasias" como a autora coloca, "em projetos que estão em seu início" (Op. cit., 150). O curso de graduação em arqueologia e conservação de arte rupestre da UFPI é um projeto em início, cujos pontos positivos e negativos são, respectivamente, valorizados e analisados para serem amenizados, motivo pelo qual, inclusive, o curso passa atualmente por um processo de alteração de sua proposta pedagógica.

Contudo, a execução da proposta pedagógica do curso de bacharelado em arqueologia da Universidade Federal do Piauí, tem nos feito refletir sobre alguns pontos e, neste sentido, observamos o fato de que a formação do profissional em arqueologia passa por várias discussões, muitas das quais provenientes, inclusive, do processo de implantação das graduações em arqueologia no Brasil.

Acreditamos que nossas reflexões, talvez, encontrem eco em outras instituições que possuem graduações em

arqueologia e, assim sendo, apontamos que situações como, por exemplo, a carga horária de um curso de arqueologia deve ser amplamente discutida.

Por outro lado, a própria constituição de um elenco de disciplinas que respeite especificidades locais, mas que, também, possibilite ao educando uma formação sólida e em certos aspectos, comum aos seus colegas dos mais variados rincões desse país de dimensões continentais, pode (porque não?) e, talvez deva, ser esboçada. Isto, tendo em vista o fato de evitar, por exemplo, que uma situação tão simples como a de transferência de um aluno não seja um transtorno, principalmente, para o aluno que pode ver semestres de estudo serem reduzidos a algumas poucas disciplinas, fazendo com que ele tenha que praticamente começar um curso do zero.

Não obstante tais situações, ficamos, às vezes, a refletir sobre o custo, neste caso financeiro, relacionado a formação de um profissional em arqueologia e sobre como adequar as necessidades inerentes a essa formação e os cortes de orçamento. Mesmo assim, continuamos a porfiar em nossa tarefa como docentes em cursos de arqueologia.

Acreditamos que devemos encarar os cursos de arqueologia como uma realidade, a partir da qual um "novo paradigma" na formação do arqueólogo no Brasil foi deflagrado e, como tal, surgirão posições favoráveis e contrárias. Contudo, há que se reconhecer o fato de que esse "novo paradigma" trouxe, entre outros aspectos, o benefício de se discutir cada vez mais a formação do arqueólogo no Brasil, de se alertar e se buscar novas inserções do profissional de arqueologia não só em empresas e/ou instituições, mas na sociedade de uma maneira geral e, é claro, trouxe mais fôlego à discussão acerca da regulamentação da profissão. Destarte, espera-se, principalmente, que assim seja possível contribuir para ampliação de nossos desejos, que

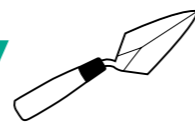
possam ser refletidos em ações que visem, entre outras situações, continuar construindo um futuro para o nosso passado!

Referências bibliográficas:

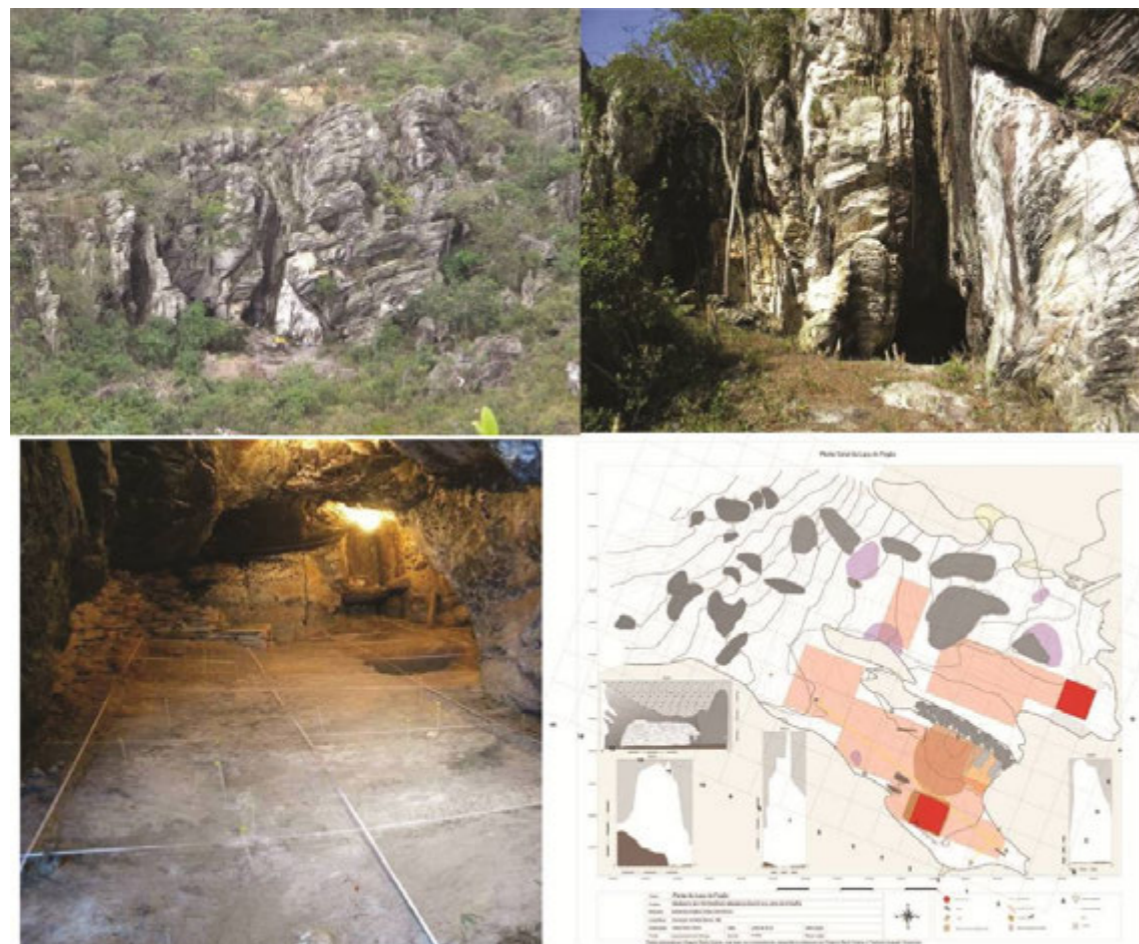
Guidon, Niède; Vidal, Irma A.; Buco, Cristiane; La Salvia, Eliany S.; Felice, Gisele D.; Pinheiro, Patrícia. 2002. Notas sobre a pré-história do Parque Nacional Serra da Capivara. In: Fundamentos. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato, 1(2):105-141. (PI): FMHA/Centro Cultural Sérgio Motta.

Bezerra, Márcia. 2008. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de novos arqueólogos no Brasil. In: Revista de Arqueologia, Belém, 21(2):139-154..

Universidade Federal do Piauí. 2007. Proposta curricular do curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre. CEPEX / UFPI.



Escavações na Lapa do Fogão, Conceição do Mato Dentro, MG



Scientia Consultoria Científica
www.scientiaconsultoria.com.br

O sítio arqueológico Lapa do Fogão, localizado no município de Conceição do Mato Dentro, MG é uma pequena cavidade escavada em sua totalidade pela Scientia. A presença de um fogão a lenha, edificado em pedra, no interior da cavidade dá o nome à lapa. Ocupada no passado por um ermitão, fato comum nesta região da serra do Espinhaço, a lapa apresenta um importante registro arqueológico de ocupações pretéritas.

A meticulosa escavação deste sítio, que terminou em abril de 2011, evidenciou uma ocupação pré-cerâmica, com o registro de mais de 7.000 peças líticas, sendo que 60% dessas foram registradas in situ. Foram coletados e processados em campo 645

amostras de sedimento para flotação, gerando uma rica coleção de material orgânico (carvão, sementes e ossos) e pequenas peças líticas (micro-lítico) associadas à indústria lítica. Essa indústria, preponderantemente em quartzo com lascamento bipolar, também apresenta machados em silimanita, hematita, granodiorito.

A lapa está localizada no divisor de três grandes bacias hidrográficas: São Francisco, Jequitinhonha e Doce, e também entre três importantes áreas de pesquisas arqueológicas: Lagoa Santa, Peruaçu e Diamantina. A Lapa do Fogão poderá ser o “elo” entre essas regiões tão importantes para o cenário arqueológico nacional, e se tornar referência na região.

Sambaquis médios grandes e monumentais: estudo sobre as dimensões de sítios arqueológicos e seus significados sociais

Madu Gaspar _sambaquisMGM@googlegroups.com
Departamento de Antropologia/Museu Nacional/UFRJ

Em março de 2011 foi realizada mais uma campanha de investigação relacionada ao Projeto Sambaquis médios grandes e monumentais, que conta com apoio da FAPERJ através do PRONEX e tem por objetivo interpretar e comparar vários sambaquis localizados nos estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Já foram realizadas intervenções nos sítios Cabeçuda, Guapi, Amourins e, desta vez, o alvo foi o sambaqui de Sernambetiba, localizado no fundo da Baía da Guanabara. Este sítio foi escavado pela equipe do Museu Nacional coordenada por Osvaldo Heredia em 1978. Esta foi a minha primeira experiência de escavação em sítios de pescadores-coletores. Além de suas dimensões relativamente monumentais para os padrões do Rio de Janeiro, Sernambetiba é um dos raros casos onde ocorre a preservação de material vegetal por encharcamento, o que o torna um objeto ímpar para a Arqueologia. Durante esta etapa as principais atividades consistiram na sistematização e descrição da estratigrafia, além da coleta de amostras para análises de isótopos, geoarqueológicas, zooarqueológicas, antracológicas e paleopatológicas. A pesquisa de caráter multidisciplinar reuniu professores e alunos de diferentes estados e instituições (Museu Nacional, Fiocruz, USP e FURG), cada qual com objetivos específicos, mas tendo em comum o interesse pela pesquisa em sambaquis.



Figura - A) Imagem aérea do sambaqui de Sernambetiba. DEME (1970), Escala 1:20.000;

Figura - B) Registro dos perfis;

Figura - C) Coleta de amostras para análise geoarqueológicas por Ximena Villagrán.



A coluna Arquealidades trará aos leitores chamadas de simpósios, workshops, novos cursos, concursos, e outros eventos de interesse da comunidade arqueológica brasileira. As chamadas devem ser concisas não ultrapassando 200 palavras. Para divulgação de editais serão apresentados as chamadas e os links para acesso direto.

EVENTOS

32

II SEMANA DE ARQUEOLOGIA

Os alunos do programa de pós-graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo têm o prazer de convidar os estudantes, profissionais da área e demais interessados para a II Semana de Arqueologia que ocorrerá na Universidade de São Paulo, entre os dias 30 de Maio e 03 de Junho de 2011.

O evento, em sua segunda edição, é uma articulação dos estudantes das várias áreas de pesquisa do MAE-USP no intuito de fornecer contribuições à Arqueologia, Etnologia e Museologia, como ciências interdisciplinares, em amplo desenvolvimento no Brasil nas últimas décadas.

A Semana de Arqueologia tem como objetivos o debate, a troca de informações e experiências, além de ser um momento de atualização para estudantes, pesquisadores e profissionais, almejando fomentar a divulgação e a consolidação da área.

Contando com convidados brasileiros e estrangeiros de renomadas instituições, que estarão presentes em palestras e mesas redondas temáticas, a II Semana de Arqueologia também contará com a I Mostra Audiovisual Internacional em Arqueologia no Cinusp, que visa divulgar a produção audiovisual em Arqueologia no Brasil. As participações poderão ser feitas por meio de apresentações em comunicações, exposição de painéis, inscrição de vídeos e presença como ouvinte.

Mais informações: www.mae.usp.br/semanadearqueologia

ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E TURISMO - EAPT/2011

Convidamos todos os colegas, profissionais, alunos e interessados em Arqueologia a participarem do Encontro de Arqueologia, Patrimônio e Turismo, a ser realizada em Rio Claro, São Paulo (27 a 29 de junho).

Contaremos com a presença de vários pesquisadores atuantes no Sudeste brasileiro, que irão expor suas experiências e pontos de vista a respeito dos principais tópicos relacionados à Arqueologia, problemas a serem enfrentados e estratégias de atuação. Queremos que o evento seja um espaço para reflexões eminentemente acadêmicas e preservacionistas. Contaremos com um espaço único para todas as apresentações, permitindo que a participação de alunos e profissionais se dê de maneira intensa e profícua.

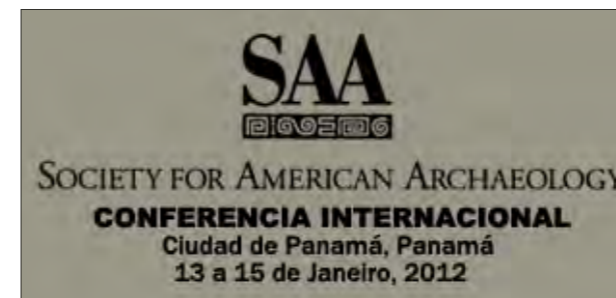
O evento será encerrado com a participação do Dr. Bruce Bradley, da Universidade de Exeter, Reino Unido, que irá oferecer uma oficina de lascamento. No dia 1 de julho está prevista uma excursão pela região, com vagas limitadas.

Rio Claro tem sua história intimamente ligada à Arqueologia, tendo sido palco de pesquisas de suma importância desde os anos 1960. Situada na porção central do Estado de São Paulo, conta com sítios arqueológicos extremamente ricos, matérias-primas de ótima qualidade e clima ameno.

Informações e inscrições podem ser realizadas através e-mail:

ivsabsudeste@gmail.com

VII CONFERÊNCIA SESQUIANUAL DA SALSALSA



A Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (Society for the Anthropology of Lowland South America SALSALSA) e o Museu Paraense Emílio Goeldi tem o prazer de anunciar a chamada para propostas para a VII Conferência Sesqui-annual da SALSALSA, a ser realizada em Belém, de 22 a 26 de junho de 2011. A coordenação do programa acadêmico está sob a responsabilidade de Glenn Shepard (GShepardJr@gmail.com), do Museu Goeldi, e de Marcela Coelho de Souza macoelhosouza@terra.com.br) da UnB. A submissão de propostas para sessões e comunicações orais individuais está aberta para membros da SALSALSA aos que não são ainda membros, convidamos a se afiliarem.

A sessão especial de pôsteres é aberta para estudantes/não-membros.

Propostas de sessões e resumos de comunicações ou pôsteres devem ser enviados até 15 de fevereiro de 2011. Informações mais detalhadas sobre o local da conferência, programa, hospedagem e

transporte, bem como procedimentos de inscrição e prazos, serão divulgadas oportunamente.

XVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARQUEOLOGIA

O XVI Congresso da SAB será realizado em conjunto com o XVI Congresso Mundial da UISPP (União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas), no Campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, entre 4 e 10 de Setembro deste ano.

Informações mais detalhadas podem ser encontradas no site www.sabnet.com.br. Informações sobre o Congresso da UISPP podem ser obtidas nos sites:

<http://xviuispp.ning.com> e <http://xviuispp.webnode.com>

SEMINÁRIO NACIONAL ARQUEOLOGIA E SOCIEDADE



Objetivando divulgar e proteger o patrimônio arqueológico maranhense frente ao crescente número de empreendimentos que vêm sendo implantados em diferentes regiões do Estado e visando instrumentalizar os procedimentos de licenciamento ambiental no âmbito da arqueologia, a Superintendência do IPHAN no Maranhão organizará o seminário Arqueologia e sociedade: construindo diálogos e parcerias para a preservação do patrimônio arqueológico do Maranhão, que será realizado em São Luís, no auditório central da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), entre os dias 17 e 20 de agosto de 2011.

Contando com a participação de arqueólogos renomados internacionalmente, o evento apresentará e discutirá estratégias de pesquisa, gestão e divulgação do patrimônio arqueológico para a comunidade científica e ao público em geral, a partir de uma rica programação composta por conferências, mesas redondas com temáticas variadas, apresentação de pesquisas em pôster, exposições, lançamentos de livros e visita a sítios arqueológicos.

Para informações detalhadas sobre inscrição e envio de resumos ou comunicações, acesse: www.arqueologiaesociedade.arqueologos.com.br

BOLSAS

Bolsas Especiais – CNPq

As inscrições para bolsas especiais (pós-doutorado, pesquisador visitante, doutorado-sanduiche) se encerram no dia 26 de maio.

33

A partir de agora, além de divulgar cartas dos leitores, a coluna Opine! incluirá resultados de questionários online. Na segunda edição do Arqueologia em Debate incluímos um questionário sobre Parâmetros de Qualidade para a Arqueologia Brasileira com o intuito de acessar as opiniões dos leitores a respeito do material discutido de maneira aprofundada na coluna Temas em Debate. Além do link no jornal, as questões também foram disponibilizadas em nossa página na rede social Facebook.

Os resultados nos motivaram a continuar propondo surveys em novas edições para estimular a apresentação de diferentes opiniões em relação aos temas tratados no jornal, melhor conhecer o público do jornal e seus interesses, além de proporcionar outro espaço para críticas e sugestões sobre o que acontece no mundo da arqueologia brasileira.

A análise das respostas poderão indicar quais questões são consideradas mais prementes na comunidade e dessa maneira orientar os esforços do comitê editorial em trazer para nossos futuros volumes discussões-chave da atualidade.

O novo questionário sobre a Regulamentação da Profissão já está disponível no endereço:

<http://www.surveymonkey.com/s/PHQ32HN>

Participe!

Vamos aos Resultados:

1) Você considera a discussão do tema "Definição de Parâmetros de Qualidade para a Arqueologia no Brasil" importante no ambiente atual da disciplina?

<i>Sim, o Brasil está atrasado em relação a discussão do tema</i>	42,3% (11)
<i>Sim, a situação corrente da disciplina exige o debate sobre parâmetros de qualidade</i>	53,8% (14)
<i>Não, tal discussão é desnecessária</i>	3,8% (01)

2) As soluções encontradas pelas comunidades de arqueólogos do Canadá, Grã-Bretanha e EUA poderiam ser implementadas em nosso país?

<i>Sim</i>	53,8% (14)
<i>Não</i>	3,8% (01)
<i>Em termos...</i>	46,2% (12)

- Desde que adaptadas (sic) às realidades locais das pesquisas desenvolvidas.

- Teríamos que rever estas questões e transformá-las para a necessidade (sic) brasileira.

- com as devidas adaptações e formação de um comitê para discussão de propostas.

- se couber à realidade brasileira ...

- Poderiam ser adaptadas, considerando as especificidades atuais da formação dos nossos arqueólogos. Nesses países há diversas graduações em arqueologia, de modo que essas soluções foram pensadas tendo em vista essas especificidades. No caso do Brasil o contexto das graduações é novo, de modo que temos que pensar o lugar dentro da disciplina e do mercado de trabalho, de profissionais com diferentes tipos de formação: experiência prolongada, especialização, mestrado em outras áreas, etc.

3) Qual sua área de atuação?

<i>Arqueologia de contrato</i>	38,5% (10)
<i>Pesquisador em instituição de ensino pública</i>	38,5% (10)
<i>Pesquisador em instituição de ensino particular</i>	11,5% (03)
<i>Agência do Governo</i>	3,8% (01)
<i>Estudante</i>	34,6% (09)

4) Você é a favor da divulgação eletrônica dos relatórios elaborados no âmbito da Arqueologia de Contrato?

<i>Sim, todos os relatórios deveriam obrigatoriamente ser divulgados</i>	42,3% (11)
<i>Parcialmente. Não deve haver obrigatoriedade, ficando a critério do executante a divulgação ou não dos relatórios</i>	53,8% (14)
<i>Não. Os relatórios devem ser mantidos no IPHAN com acesso restrito a fim de salvaguardar autoria, podendo ser consultados mediante solicitação formal</i>	3,8% (01)

5) Você julga necessária a distinção entre uma Sociedade Profissional e uma Sociedade Científica para a Arqueologia no Brasil?

<i>Sim, é necessário distinguir as sociedades devido às especificidades dos temas tratados</i>	23,1% (06)
<i>Não, todos os temas relativos à prática da Arqueologia no Brasil devem ser tratados no âmbito da SAB.</i>	76,9% (20)

6) Quais temas deveriam ser discutidos nos próximos números do jornal Arqueologia em Debate?

- Políticas de Endosso Institucional e o estado em que se encontram os acervos dessas instituições -Conservação Arqueológica in situ e nas Reservas Técnicas

- Conservação do Patrimônio, Arqueologia Pública e Releituras ou adaptações que as escolas teóricas ou metodológicas sofrem no Brasil.

- A arqueologia preventiva previne?

- Metodos e tecnicas de resgate praticadas na Arqueologia de Contrato.

- Qual o real papel da SAB? o futuro da instituição, temas abordados, profissionalismo (sic) e pesquisa.

- Ética

- A regulamentação da profissão

- FORMAÇÃO DO ARQUEÓLOGO ÉTICA E ARQUEOLOGIA

- Conservação de sítios arqueológicos dificuldade do trabalho arqueológico publicações de arqueólogos

- ÉTICA

- Regulamentação da profição (sic) de arqueólogo

- Programas dos cursos de formação de arqueólogos. Musealização da arqueologia no Brasil. Educação patrimonial ajuda a preservar?

- Um tema urgente: a questão da profissionalização.

Qual o lugar dos cursos de especialização, que estão se disseminando pelo país, na prática da nossa disciplina?

E com relação aos cursos de graduação, qual será a vantagem desses egressos que investiram 4 anos em relação aos especialistas que investiram muito menos tempo em sua formação arqueológica?

Como o mercado de trabalho está assimilando pessoas com esses diferentes graus de formação?

Título | Autor | Filiação Institucional

Fonte: Arial 12, Espaço entre linhas 1,5

Margem Padrão (2,5 x 3,0) Parágrafo Justificado

Referências Bibliográficas (ver detalhamento normas)

Enviar para: arqueologiaemdebate@gmail.com

Assunto: utilizar nome da coluna para publicação

Não esqueça! Isto torna mais rápido nossa resposta a você.

OBJETIVOS E PERIODICIDADE

Arqueologia em Debate é um veículo oficial da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e destina-se à publicação de trabalhos que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para o aprofundamento e a socialização de conhecimentos científicos sobre temas relativos à Arqueologia Brasileira e seus campos interdisciplinares. Ele tem como prioridade a veiculação de artigos de opinião relevantes para a área de conhecimento e profissão, bem como contribuições de pesquisadores estrangeiros consideradas relevantes para o tema em discussão.

O principal objetivo é criar um espaço para discussão de temas cruciais para o exercício da profissão de arqueólogo no Brasil. Esse espaço procurará agregar opiniões de profissionais com diferentes propostas, trajetórias e filiações teóricas no sentido de estimular o debate e a incorporação de críticas construtivas para definição de uma agenda de atuação para a Sociedade de Arqueologia Brasileira.

A principal seção do Jornal será Temas em Debate. Esta será composta por artigos de opinião, de 2 a 4 páginas, escritos por profissionais com diferentes trajetórias e propostas, convidados pelo organizador de cada número ou diretamente pelo Núcleo

Editorial. Os temas versam sobre questões vinculadas ao funcionamento da profissão de arqueólogo no Brasil e serão selecionados segundo dois procedimentos: 1) Definidos pelo Núcleo Editorial; 2) Sugeridos pelos leitores.

Os editores se reservam o direito de rejeitar material considerado inadequado/não apropriado para a temática do jornal.

O jornal é composto por seis colunas de teor e normas de publicação distintas, a saber: Editorial, EmFoco, Temas em Debate, Pesquisas, Opine! e Arquealidades. Sua periodicidade será quadrimestral, com volumes em Abril, Agosto e Dezembro podendo ter tiragem diferenciada. O fechamento do prazo para recepção de artigos para todas as colunas é: 1 março, para o volume de Abril, 1 de julho, para o volume de Agosto, e 1 de novembro, para o volume de dezembro; exceção feita aos informes que poderão ser enviados em fluxo contínuo e serão publicados de acordo com as datas de chegada, proximidade do evento ou relevância para a disciplina e/ou profissão.

Ao enviar material para publicação os autores devem enviar a mensagem com o nome do editor ou editor-associado correspondente na linha de referência, incluindo a contribuição com a formatação sugerida.

O Editor Responsável é selecionado entre a Comissão Editorial da SAB, composta por três membros eleitos para um

mandato de dois anos, sendo apenas um deles o editor do Jornal. Além do Editor Responsável haverá três Editores Associados, sócios da SAB, escolhidos pelo Editor Responsável, para organização e execução dos assuntos relacionados à publicação do Jornal.

MODALIDADES DE TRABALHOS ACEITOS PARA PUBLICAÇÃO

Serão aceitos para publicação trabalhos elaborados em português, espanhol, francês e inglês. Os trabalhos que forem aceitos para publicação deverão estar de acordo com as especificações que se seguem:

I. EmFoco

máximo de 500 palavras

Deverá conter um breve comentário sobre assunto/tema relevante para a Sociedade durante o período a que se refere a publicação. Os temas para cada número serão escolhidos de acordo com as questões debatidas na Sociedade de Arqueologia Brasileira e nos debates científicos e profissionais da Arqueologia como um todo, sendo os autores convidados pela comissão editorial ou através de contribuições enviadas diretamente para essa seção.

II. Temas em Debate

mínimo de 1.500, máximo de 2.000 palavras com no máximo de 3 imagens, serão aceitos de 5 a 7 trabalhos por número

Seção principal da publicação conterà artigos curtos versando sobre tema previamente definido. A cada número a definição do tema seguirá um dos seguintes critérios: definição do tema pela comissão editoria ou pelos leitores. Da mesma forma, para as contribuições, a cada número poderão ser utilizados os seguintes critérios: convite a pesquisadores escolhidos pela comissão editorial e/ou inscrições abertas. Os artigos deverão conter bibliografia e seguir as normas editoriais desse Jornal.

III. Pesquisa

máximo de 200 palavras e uma imagem por trabalho; serão aceitos de 4 a 6 trabalhos por número

Espaço para divulgação de pesquisas arqueológicas em andamento no País; o espaço estará aberto para todos aqueles que queiram divulgar sua pesquisa com uma breve nota a respeito do tema, da região e dos problemas de pesquisa abordados.

IV. Opine!

máximo de 200 palavras; serão publicadas as cartas recebidas durante o período a que se refere cada número, respeitando a ordem de chegada e o limite do espaço disponível

Essa seção destina-se a publicação de cartas dos leitores fazendo sugestões sobre a organização da publicação, sobre os temas selecionados, as contribuições recebidas ou sobre temas de interesse da sociedade.

V. Arquealidades

máximo de 200 palavras por notícia

Espaço reservada para divulgação de informes de eventos, notícias e assuntos de interesse para a comunidade arqueológica do País; o espaço estará aberto para todos aqueles que queiram divulgar acontecimentos relevantes para a disciplina na vigência de cada número.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

I. Ao título do trabalho seguir-se-á(ão) o(s) nome(s) do(s) autor(es) e sua filiação institucional.

II. Os trabalhos deverão ser elaborados seguindo estritamente a seguinte ordem: Título; autor(es); Texto; Agradecimentos; Referências bibliográficas.

III. Os originais devem ser encaminhados através de mensagens eletrônicas para o endereço arqueologiaemdebate@gmail.com. O texto deve ser digitado através de editor compatível com Word for Windows em folha A4, espaço 1,5, margens direita e esquerda com 3 cm, topo e base com 2,5 cm, margem direita justificada, fonte Arial, tamanho 12, com páginas numeradas sequencialmente.

IV. As obras citadas deverão ser referenciadas no próprio corpo do texto, indicando-se: sobrenome do autor, data da publicação, página citada. Exemplos: (Clark, 1975), (Lévi-Strauss, 1982:47), (Renfrew & Bahn, 1998); Willey & Phillips (1958:95), Plog et al. (1976), Binford (1967, 1978, 1983). Notas de rodapé (numeradas em algarismos arábicos) deverão ser utilizadas exclusivamente como notas explicativas. As referências bibliográficas completas das obras citadas deverão vir em uma lista ao final do trabalho.

V. As referências bibliográficas deverão seguir as seguintes normas:

Livros:

Meggers, B. J. 1979. América Pré-histórica. Trad. de E. T. de Carvalho. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Artigos ou capítulos em livros:

Prous, A. 1999. Arqueologia, Pré-história e História. In: Tenório, M. C. (Org.). 1999. Pré-história da Terra Brasilis. Rio de Janeiro, EdUFRJ, pp.19-32.

Artigos de revistas (com um, dois ou mais autores)

Martin, G. 1998. O povoamento pré-histórico do vale do São Francisco (Brasil). *Clio (Série Arqueológica)*, Recife, 13:9-41.

Neme, S. & Beltrão, M. da C. 1993. Tupinambá, franceses e portugueses no Rio de Janeiro durante o século XVI. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 7:133-151.

Neves, W. A. et al. 1999. O povoamento da América à luz da morfologia craniana. *Revista USP*, São Paulo, 34:96-106.

Dissertações e teses:

Wüst, I. 1990. Continuidade e mudança: para uma interpretação dos grupos pré-coloniais na bacia do rio Vermelho, Mato Grosso. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

VI. A revisão gramatical deve ser previamente providenciada pelo(s) autor(es).

VII. As ilustrações (ver especificações de quantidade para cada coluna), tabelas, gráficos e demais figuras com respectivas legendas deverão ser apresentadas, quando for o caso, com os devidos créditos autorais, enviadas separadamente, com a indicação no texto do lugar onde devem ser inseridas. Todas as imagens deverão ser apresentadas, preferencialmente, em preto e branco, podendo ser colorido desde que haja recursos disponíveis para publicação, enviado digitalmente com resolução igual ou superior a 300 dpi.

VIII. Textos encaminhados fora das normas acima definidas não serão aceitos e serão devolvidos aos autores podendo estes re-entregar após adequação as mesmas.

IX. O(s) autor(es) será(ão) informado(s) sobre a avaliação do texto que encaminhou(ram) para publicação no prazo máximo de 1 (um) mês, contados após o envio dos artigos de acordo com as normas estabelecidas neste documento.

X. São de responsabilidade do(s) autor(es): o conteúdo científico, a precisão de citações e o direito de publicação de dados do trabalho.

XI. Cada autor(a) poderá publicar até um trabalho individual em cada número da revista e mais um outro em co-autoria, desde que não seja o autor principal.

XII. Os trabalhos aprovados serão encaminhados em PDF para revisão final dos autores, que devem devolvê-lo no prazo máximo de dez dias. O Editor deve ser informado por escrito sobre possíveis alterações ou sobre a aprovação final de cada trabalho. Nessa etapa não serão aceitas modificações no conteúdo do trabalho ou que impliquem em alterações no número de páginas. Caso o autor não responda no prazo, o trabalho será publicado conforme a última versão autorizada.

XIII. Após aprovado, o trabalho será publicado por ordem de chegada. O Editor responsável também pode determinar o momento mais oportuno.

XIV. Uma vez publicados os trabalhos, Arqueologia em Debate se reserva todos direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, sua posterior reprodução como transcrição, desde que com a devida citação da fonte.

XV. Os casos não previstos nestas normas serão analisados e decididos pelo Conselho Editorial do Jornal.